



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

ANO XV — N.º 68

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 26 DE MAIO DE 1960

## CONGRESSO NACIONAL

Sessões conjuntas convocadas para apreciação de vetos presidenciais

*Dia 31 de maio, às 21 horas*

Veto (parcial) ao Projeto de Lei (nº 4.814, de 1959, na Câmara dos Deputados e nº 5, de 1960, no Senado Federal), que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação das Pioneiras Sociais.

*Dia 2 de junho, às 21 horas*

1) Veto (parcial) ao Projeto de Lei (nº 1.513, de 1960, na Câmara dos Deputados e nº 23, de 1960, no Senado Federal), que dispõe sobre a organização administrativa do Distrito Federal de Brasília e dá outras providências.

2) Veto (parcial) ao Projeto de Lei (nº 4.412, de 1953, na Câmara dos Deputados e nº 80, de 1959, no Senado Federal), que cria uma Recbedoria em Belo Horizonte e dá outras providências.

*Dia 7 de junho, às 11 horas*

Veto (parcial) ao Projeto de Lei (nº 4.427, de 1958, na Câmara dos Deputados e nº 42, de 1959, no Senado Federal), que dispõe sobre as Penções militares.

*Dia 9 de junho, às 21 horas*

Veto (parcial) ao Projeto de Lei (nº 2.850, de 1957, na Câmara dos Deputados e nº 58, de 1959, no Senado Federal), que assegura pensão especial à viúva de militar ou funcionário civil atacado de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia ou cardiopatia grave.

*Dias 14, 16 e 21 de junho, às 21 horas*

Veto (parcial) ao Projeto de Lei (nº 1.514, de 1960, na Câmara dos Deputados e nº 30, de 1960, no Senado), que dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal de Brasília e da outras providências.

sendo:

*Dia 14 de maio*

Art. 32 (expressões).  
Art. 49 e parágrafos (totalidade).  
Art. 71 (totalidade).  
Art. 72 (totalidade).  
Art. 73 (expressões).

*Dia 16 de maio*

Parágrafo único do art. 73 (expressões).  
Art. 74 (totalidade).  
§ 2º do art. 85 (totalidade).  
§ 3º do art. 87 (totalidade).  
Art. 95 (expressões).  
Ns. 6 e 7 do art. 95.

*Dia 21 de maio*

Art. 100 e seus parágrafos.  
Art. 103 (totalidade).  
Art. 101 (totalidade).  
Tabela nº 5 (coluna correspondente aos níveis).  
Senado Federal, em 20 de maio de 1960.

## SENADO FEDERAL

### MESA

Presidente: João Goulart (Vice-Presidente da República).

Vice-Presidente: Senador Filinto Müller.

1º Secretário: Senador Cunha Mello.

2º Secretário: Senador Freitas Cavalcanti.

3º Secretário: Senador Gilberto Marinho.

4º Secretário: Senador Novaes Filho.

1º Suplente: Senador Mathias Olympio.

2º Suplente: Senador Heribaldo Vieira.

### Comissão Diretora

Filinto Müller — Presidente

Cunha Mello — 1º Secretário

Freitas Cavalcanti — 3º Secretário

Gilberto Marinho — 3º Secretário

Novaes Filho — 4º Secretário

Mathias Olympio — 1º Suplente

Heribaldo Vieira — 2º Suplente

Secretário: Evandro Vianna (Diretor

Geral da Secretaria Interino).

### LÍDERES E VICE-LÍDERES

#### Da Maioria

Líder: Moura Andrade.

Vice-Líderes:

Victorino Freire.

Lima Teixeira.

Barros Carvalho.

Taciano de Mello.

Lobão da Silveira.

#### Da Minoria

Líder: João Villasbôas.

Vice-Líder: Rui Palmeira.

#### Dos Partidos

#### DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder:

Líder: Benedito Valladares

Vice-Líder: Gaspar Velloso.

#### DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Argemiro de Figueiredo

Vice-Líderes: Vivaldo Lima — Saulo Ramos e Barros Carvalho.

#### DA UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

Líder: João Villasbôas.

Vice-Líder: Rui Palmeira.

#### DO PARTIDO LIBERTADOR

Líder: Octávio Mangabeira.

Vice-Líder: Novaes Filho.

#### DO PARTIDO REPUBLICANO

Líder: Attilio Vivacqua.

#### DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Jorge Maynard.

#### Comissões Permanentes Comissão de Finanças

Gaspar Velloso — Presidente.

Vivaldo Lima — Vice-Presidente.

Ary Vianna.

Francisco Gallotti.

Victorino Freire.

Moura Andrade.

Paulo Fernandes.

Lima Guimarães.

Fausto Cabral.

Barros Carvalho.

Daniel Krieger.

Fernandes Távora.

Saulo Ramos.

Irineu Hornhausen.

Fernando Corrêa.

Dix-Huit Rosado.

Mem de Sá.

#### SUPLENTE

S.A.D.:

1. Menezes Pimentel.

2. Jefferson de Aguiar.

3. Ruy Carneiro.

4. Jarbas Maranhão.

5. Taciano de Mello.

6. Eugênio de Barros.

## P.T.B.:

1. Leônidas Mello.
2. Caiado de Castro.
3. Arlindo Rodrigues.
4. Zacarias de Assumpção.
5. Guido Mondim.

## U.D.N.:

1. Milton Campos.
2. Padre Calazans.
3. Rui Palmeira.
4. Coimbra Bueno.
5. João Arruda.

Secretário: Renato Chermont.

Reuniões: Terças-feiras, às quinze horas.

## Comissão de Constituição e Justiça

- Lourival Fontes — Presidente.  
Daniel Krieger — Vice-Presidente.  
Menezes Pimentel.  
Benedicto Valadares.  
Jefferson de Aguiar.  
Ruy Carneiro.  
Lima Guimarães.  
Argemiro de Figueiredo.  
Rui Palmeira.  
Milton Campos.  
Atílio Vivacqua

## SUPLENTE

## P.S.D.:

1. Gaspar Velloso.
2. Jarcas Maranhão.
3. Francisco Gallotti.
4. Ary Vianna.

## P.T.B.:

1. Mourão Vieira.
2. Barros Carvalho.
3. Caiado de Castro.

## U.D.N.:

1. Afonso Arinos.
2. João Arruda.
3. João Villasboas.

Secretária: Maria do Carmoendon Roberto Saraiva, Oficial Legislativa.

## Comissão de Economia

- Ary Vianna — Presidente.  
Fernandes Távora — Vice-Presidente.  
Lino de Mattos (\*).  
Lima Teixeira.  
Alo Guimaraes.  
Taciato de Mello.  
Leônidas de Mello.  
Guido Mondim.  
Joaquim Parente.

## EXPEDIENTE

## DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
MAURO MONTEIRO

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional  
BRASILIA

## ASSINATURAS

## REPARTIÇÕES E PARTICULARES

## Capital e Interior

Semestre ..... Cr\$ 50,00  
Ano ..... Cr\$ 96,00

## Exterior

Ano ..... Cr\$ 136,00

## FUNCIONÁRIOS

## Capital e Interior

Semestre ..... Cr\$ 59,08  
Ano ..... Cr\$ 76,08

## Exterior

Ano ..... Cr\$ 103,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado, será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

## SUPLENTE

## P.S.D.:

1. Eugênio Barros.
2. Jefferson de Aguiar.
3. Moura Andrade.

## P.T.B.:

1. Argemiro de Figueiredo.
2. Fausto Cabral.

## U.D.N.:

1. Reginaldo Fernandes.
  2. Fernando Corrêa.
- Secretária: Remilda Duarte.  
Reuniões: Quintas-feiras, às 15,30 horas.

## Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

- Francisco Gallotti — Presidente.  
Eugênio Barros.  
Coimbra Bueno.  
Taciato de Mello.

## SUPLENTE

## P.S.D.:

1. Ary Vianna.
2. Victorino Freixo.
3. Paulo Fernandes.

## P.T.B.:

1. Fausto Cabral.

## U.D.N.:

1. Joaquim Parente.
- Secretário: Isnard Barros de Albuquerque Melo, Oficial Legislativo  
Reuniões: Quartas-feiras, às 16,0 horas.

## Comissão de Saúde Pública

- Reginaldo Fernandes — Presidente.  
Alo Guimaraes — Vice-Presidente.  
Pedro Ludovico.  
Miguel Couto.  
Fernando Corrêa.

## SUPLENTE

## P.S.D.:

- Taciato de Mello.  
Eugênio de Barros.

## P.T.B.:

1. Vivaldo Lima.

## U.D.N.:

1. Fernandes Távora.
  2. Dix-Huit Rosado.
- Secretária: Alva Lirio Rodrigues, Oficial Legislativo.  
Reuniões: Quintas-feiras, às 16,0 horas.

## Comissão de Legislação Social

- Lima Teixeira — Presidente.  
Ruy Carneiro — Vice-Presidente.  
Caiado de Castro.  
João Arruda.  
Jefferson de Aguiar.  
Menezes Pimentel.  
Lino de Mattos.  
Irineu Bornhausen.

## SUPLENTE

## P.S.D.:

1. Francisco Gallotti.
2. Ary Vianna.
3. Sebastião Archer.

## P.T.B.:

1. Lourival Fontes.
2. Vivaldo Lima.
3. Miguel Couto.

## U.D.N.:

1. Dix-Huit Rosado.
2. Padre Calazans.

Secretária: Eulália Chrockatt de Sá.  
Reuniões: Quartas-feiras, às 16,0 horas.

## Comissão de Redação

1. Mourão Vieira — Presidente.
2. Sebastião Archer — Vice-Presidente.
3. Afonso Arinos.
4. Ary Vianna.
5. Padre Calazans.

## SUPLENTE

## P.S.D.:

1. Menezes Pimentel.
  2. Ruy Carneiro.
- U.D.N.:

1. Daniel Krieger.
  2. Joaquim Parente.
- P.T.B.:

1. Lourival Fontes.

Secretária: Cecília de Moraes Martins.  
Reuniões: Terças-feiras, às 15,00 horas.

## Comissão de Relações Exteriores

- Afonso Arinos — Presidente.  
Benedicto Valadares — Vice-Presidente.  
Gaspar Velloso.  
Moura Andrade.  
Lourival Fontes.  
Miguel Couto.  
Vivaldo Lima.  
Rui Palmeira.  
Mem de Sá.

## SUPLENTE

## P.S.D.:

1. Menezes Pimentel.
2. Jefferson de Aguiar.
3. Paulo Fernandes.

## P.T.B.:

1. Lima Guimarães.
2. Argemiro de Figueiredo.
3. Mourão Vieira.

## U.D.N.:

1. Milton Campos.
2. João Villasboas.

**P.L.:**

1. Octávio Mangabeira.  
Secretário: João Batista Castejon Branco, Oficial Legislativo.  
Reuniões: Quartas-feiras, às 16.00 horas.

**Comissão de Segurança Nacional**

Jefferson de Aguiar — Presidente.  
Caetano de Castro — Vice-Presidente.  
Fernando Corrêa.  
Jarbas Maranhão.  
Jorge Maynard.  
Pedro Ludovico.  
Zacarias de Assumpção.

**SUPLENTE****P.S.D.:**

1. Francisco Gallotti.  
2. Ruy Carneiro.  
3. Taciano de Mello.

**P.T.B.:**

1. Saulo Ramos.  
2. Lima Teixeira.

Secretária: Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Oficial Legislativo.

**Comissão de Serviço Público Civil**

Daniel Krieger — Presidente.  
Jarbas Maranhão — Vice-Presidente.  
Ary Vianna.  
Caetano de Castro.  
Arlindo Rodrigues.  
Joaquim Parente.  
Mem de Sá.

**SUPLENTE****P.S.D.:**

1. Ruy Carneiro.  
2. Moura Andrade.

**P.T.B.:**

1. Leônidas Melo.  
2. Zacharias Assumpção.

Secretária: Lia da Cunha Fortuna, Oficial Legislativo "M".

Reuniões: Sextas-feiras, às 16.00 horas.

**Comissão de Educação e Cultura**

Mourão Vieira — Presidente.  
Padre Calazans — Vice-Presidente.  
Jarbas Maranhão.  
Paulo Fernandes.  
Saulo Ramos.  
Reginaldo Fernandes.  
Mem de Sá.

**SUPLENTE****P.S.D.:**

1. Moura Andrade.  
2. Sebastião Archer.

**P.T.B.:**

1. Lima Teixeira.  
2. Leônidas Melo.

**U.D.N.:**

1. Affonso Arinos.  
2. Milton Campos.

**P.L.:**

Octávio Mangabeira.  
Secretária — Diva Gallotti  
Oficial Legislativo.

Reuniões — Quartas-feiras, às 16 horas.

**Comissões Especiais****Comissão Especial de Revisão do Código de Processo Civil**

João Villasboas — Presidente.  
Cunha Mello — Vice-Presidente.  
Jefferson de Aguiar.  
Menezes Pimentel.  
Atílio Vivacqua.  
Secretário — José da Silva Lisboa.

**Comissão Especial de Estudos dos Problemas da Sêca do Nordeste**

Reginaldo Fernandes — Presidente.  
Ruy Carneiro — Vice-Presidente.  
Jorge Maynard — Relator.  
Arlindo Rodrigues.  
Francisco Gallotti.  
Secretário — José Geraldo da Cunha.

**Comissão Especial do Vale do Rio Doce**

1. Benedicto Valladares — Presidente.  
2. Jorge Maynard — Vice-Presidente.  
3. Atílio Vivacqua.  
4. Lima Teixeira.  
5. Rui Palmeira.  
Secretária — Cecília de Rezende Martins

**Comissão de Legislação Agrária**

Paulo Fernandes — Presidente.  
Mem de Sá — Vice-Presidente.  
Jefferson de Aguiar.  
Mourão Vieira.  
Lima Teixeira.  
Fernando Corrêa.  
Milton Campos.  
Secretário — José Geraldo da Cunha.

**Comissão Especial de Estudo da Política de Produção e Exportação.**

Lima Teixeira — Presidente.  
Fernandes Távora — Vice-Presidente.  
Gaspar Velloso.  
Mourão Vieira.  
Francisco Gallotti.  
Gilberto Marinho (1).

**Atílio Vivacqua.**

Guido Mondim (2).

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Taciano de Mello.

(2) Substituído temporariamente pelo Sr. Bandeira Vaughan.

Secretário — Miécio dos Santos Andrade.

**Comissão Especial incumbida de emitir parecer sobre o Projeto de Emenda a Constituição nº 2, de 1959, que acrescenta dispositivos ao art. 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

Cunha Mello — Presidente.  
Milton Campos — Vice-Presidente.  
Menezes Pimentel — Relator.  
Benedicto Valladares.  
Jefferson de Aguiar.  
Ruy Carneiro.  
Gaspar Velloso.  
Gilberto Marinho.  
Lourival Fontes.  
Lima Guimarães.  
Argemiro de Figueiredo.  
Vivaldo Lima.  
Daniel Krieger.  
Rui Palmeira.  
Affonso Arinos.  
Atílio Vivacqua.  
Secretário — Miécio dos Santos Andrade.

**Comissão de Inquérito para apurar fatos aludidos por Sua Eminência o Sr. Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro.**

Francisco Gallotti — Presidente.  
Reginaldo Fernandes — Vice-Presidente.  
Moura Andrade — Relator.  
Gaspar Velloso.  
Vivaldo Lima.  
Caetano de Castro.  
Paulo Fernandes.  
Argemiro de Figueiredo.  
Lourival Fontes.  
Lima Guimarães.  
Daniel Krieger.  
Rui Palmeira.  
João Villasboas.  
Atílio Vivacqua.  
Novais Filho.  
Jorge Maynard.  
Secretária — Isnard Sarres de Albuquerque Mello.

**Comissão Especial de Reforma da Constituição nº 1, de 1958**

Gilberto Marinho.  
Benedicto Valladares.  
Gaspar Velloso.  
Públio de Mello.  
Argemiro de Figueiredo (1).  
Vivaldo Lima.  
Daniel Krieger.  
Rui Palmeira.

**Affonso Arinos.**

Atílio Vivacqua.

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Caetano de Castro.

Secretário — Miécio dos Santos Andrade.

**Comissão Especial incumbida de elaborar os Projetos de Código Eleitoral e Partidário**

João Villasboas.  
Mem de Sá.  
Menezes Pimentel.  
Argemiro de Figueiredo.  
Cunha Mello.

**Comissão Especial incumbida de emitir Parecer sobre a Denúncia nº 1.**

Menezes Pimentel, Presidente.  
Ruy Carneiro.  
Jarbas Maranhão.  
Benedicto Valladares.  
Moura Andrade.  
Gaspar Velloso.  
Lima Teixeira.  
Fausto Cabral.  
Guido Mondim.  
Arlindo Rodrigues.  
Lourival Fontes.  
Milton Campos.  
Afonso Arinos.  
Daniel Krieger.  
Heribaldo Vieira.  
Atílio Vivacqua.

**Comissão Especial incumbida de emitir Parecer sobre a Denúncia nº 2.**

Lourival Fontes, Presidente.  
Ruy Carneiro.  
Jarbas Maranhão.  
Benedicto Valladares.  
Lobão da Silveira.  
Gaspar Velloso.  
Lima Teixeira.  
Fausto Cabral.  
Guido Mondim.  
Arlindo Rodrigues.  
Menezes Pimentel.  
Milton Campos.  
Afonso Arinos.  
Daniel Krieger.  
Heribaldo Vieira.  
Atílio Vivacqua.

**ATA DAS COMISSÕES**

Comissão Mista, designada para relatar o voto apostado pelo Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei do Senado nº 5, de 1960, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação das Pioneiras Sociais.

1ª Reunião (de instalação) realizada em 25 de maio de 1960

Aos vinte e cinco dias do mês de maio de mil novecentos e sessenta, às quatorze horas, na Sala das Comissões do Senado Federal, presen-

os Srs. Senadores Novais Filho, Fausto Cabral e Ruy Carneiro e os Deputados Martins Rodrigues, Mauro Cruz e Ruy Ramos reunem-se a Comissão Mista, designada para estudar o veto aposto pelo Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1960, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação das Pioneiras Sociais.

No forma do Regimento, assume a Presidência o sr. Novais Filho e, após declarar instalada a Comissão e a finalidade da reunião, procede à eleição dos cargos de Presidente e Vice-Presidente. Colhidos os votos, verifica-se o seguinte resultado:

**Para Presidente:**

Novais Filho ..... 5 votos  
Mauro Cruz ..... 1 voto

**Para Vice-Presidente:**

Martins Rodrigues ..... 5 votos  
Ruy Carneiro ..... 1 voto

O Sr. Novais Filho agradece a as pães a sua escolha para Presidente da Comissão, designando em seguida o sr. Fausto Cabral para relatar o veto Presidencial. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente encerra a reunião, a qual eu, Renato de Almeida Chermont, Secretário, lavro a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo sr. Presidente.

**Comissão Mista, designada para relatar o veto aposto pelo Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1960, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação das Pioneiras Sociais.**

**Reunião, realizada em 25 de maio de 1960**

Aos vinte e cinco dias do mês de maio de mil novecentos e sessenta, às quinze e trinta horas, na Sala das Sessões do Senado Federal presentes os Srs. Senadores Novais Filho, Fausto Cabral e Ruy Carneiro e os Srs. Deputados Martins Rodrigues, Mauro Cruz e Ruy Ramos reunem-se a Comissão Mista, designada para relatar o veto aposto pelo Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1960, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação das Pioneiras Sociais.

Deixam de comparecer, por motivo justificado o Senador Ruy Carneiro e o Deputado Ruy Ramos.

O Sr. Novais Filho, Presidente, concede a palavra ao Sr. Fausto Cabral, relator do veto, que apresenta seu relatório expositivo do histórico do projeto vetado, bem como das razões oferecidas pelo Sr. Presidente da República.

Encerrada a reunião, o Sr. Presidente agradece a presença dos membros da Comissão e em particular o trabalho do relator.

Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerra a reunião, a qual eu, Renato de Almeida Chermont, Secretário, lavro a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

**RELATÓRIO Nº 4, DE 1960**

**Da Comissão Mista, incumbida de apreciar o veto parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1960, (Projeto de Lei número 4.814-D, de 1959) que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação das Pioneiras Sociais.**

**Relator: Sen. Fausto Cabral.**

O Senhor Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, resolveu

da Câmara nº 5, de 1960 (Projeto de Lei nº 4.814-D, de 1959), que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação das Pioneiras Sociais, fazendo incidir o seu veto sobre expressões dos arts. 5º e 7º, bem como sobre o texto do art. 9º do projeto.

### O PROJETO

Da autoria do nobre Deputado Januário Carneiro, o projeto primitivo determinava apenas que o Poder Executivo ficava autorizado a instituir em caráter de âmbito nacional a "Fundação das Pioneiras Sociais", com sede e foro na Capital da República, a ela se incorporando a antiga sociedade civil "Associação das Pioneiras Sociais", devendo ser-lhe consignada no Orçamento da União, auxílio anual não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) da arrecadação do Imposto de Selo, destinado a assegurar continuidade às atividades assistenciais e científicas da novel Fundação, estabelecendo ainda, que a mesma entidade seria administrada pela forma prescrita nos estatutos a serem aprovados por Decreto do Poder Executivo.

Ao retornar à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, em virtude de 16 emendas de plenário, o ilustre Deputado Oliveira Brito, na ausência do relator da matéria, Deputado Martins Rodrigues, e por encontrar-se a mesma em regime de urgência, ofereceu-lhe um Substitutivo, aprovado, posteriormente, na íntegra, pelo plenário daquela Casa do Congresso.

Não obstante julgar ditas emendas isentas de qualquer eiva de inconstitucionalidade, o nobre autor do Substitutivo observou que a maioria delas padecia de falhas de ordem técnica.

Todavia, como quase todas elas visassem a conferir à nova instituição "Organização mais compatível com a natureza jurídica das fundações, bem como a instituir um mecanismo de fiscalização capaz de evitar abusos que freqüentemente ocorrem noutras entidades", o ilustre relator acolheu-as, no todo ou em parte, no seu substitutivo, que passou, como já observamos, a constituir o texto integral do projeto enviado à sanção presidencial.

### RAZÕES DO VETO

O Senhor Presidente da República, ao fundamentar as razões que o levaram a vetar expressões dos artigos 5º e 7º do projeto, bem como todo o texto do art. 9º, pondera que os mesmos encerram medidas que não se coadunam com a natureza jurídica da Fundação das Pioneiras Sociais, criada pela proposição, em face dos preceitos do Código Civil Brasileiro, referentes às fundações sumárias.

Ponderando que as providências preconizadas nos dispositivos vetados não estão de acordo com a característica de entidade privada, inerente às fundações, como a de que cria o projeto, declara o Senhor Presidente da República que a interferência do Poder Público, em tais casos, deve limitar-se ao disposto no art. 26 do referido estatuto civil, que prescreve, verbis:

"Art. 26 — Vênia pelas fundações o Ministério Público, onde situadas.

§ 1º — Se estenderem a atividade a mais de um Estado, caberá em cada um deles ao Ministério Público esse encargo.

§ 2º — Aplica-se ao Distrito Federal e aos Territórios não constituídos em Estados o aqui disposto quanto a estes."

Logo, parcialmente o projeto de lei

O art. 5º do projeto determina que a Diretoria da Fundação das Pioneiras Sociais será nomeada pelo Senhor Presidente da República.

Contra tal providência contida no projeto é que fez incidir o Senhor Presidente da República a primeira parte do seu veto, por entender que a mesma consubstancia "matéria de âmbito estatutário, que, como tal, deve ser regulada pela lei orgânica, interna, da entidade".

Por outro lado, em seu art. 7º preceitua o Projeto da Câmara, que o orçamento organizado pela Fundação será submetido à aprovação, sucessivamente, do seu Conselho Fiscal e do Presidente da República.

Pelos mesmos fundamentos, o Senhor Presidente da República negou sanção a tal preceito, ao afirmar que "não se legitima a mencionada interferência para aprovação do orçamento ou do quadro do pessoal da organização".

Prosseguindo nas razões do seu veto, na parte relativa ao art. 9º da proposição, determinando que "o quadro do pessoal da Fundação será aprovado pelo Presidente da República, depois de ouvido o Departamento Administrativo do Serviço Público", assinala textualmente o Chefe do Governo que, "se convertido em lei, integralmente, o texto referido, a ação do Governo, através do Chefe do Executivo, nas atividades da fundação, estaria limitada aquelas nomeações e aprovações, sem que, mesmo por intermédio de órgãos subordinados, lhe coubesse qualquer medida orientadora ou fiscalizadora, porque, como se demonstrou acima, ao Ministério Público local incumbem zelar pelas fundações, nos termos da nossa Lei Civil".

### CONCLUSÃO

Em suma, as razões do veto parcial do Senhor Presidente, consoante a justificação apresentada em sua comunicação, visam a evitar que se confira uma posição singular à entidade, em desigualdade de condições com as suas congêneres ou que sejam reguladas pelos mesmos dispositivos legais, retirando para este fim do todo a participação do Chefe do Executivo. Cingindo-nos, destarte, ao aspecto meramente formal do projeto em si e das razões que levaram o Senhor Presidente da República a vetá-lo parcialmente, julgamos que forneceremos ao Congresso Nacional os subsídios indispensáveis que o habilitarão a apreciar o presente veto.

Sala das Comissões, em 25 de maio de 1960. — **Novais Filho**, Presidente. — **Fausto Cabral**, Relator. — **Martins Rodrigues**. — **Lauro Cruz**.

### ATA DA 55ª SESSÃO, DA 2ª LEGISLATURA, EM 25 DE MAIO DE 1960

#### PRESIDÊNCIA DO SR. GILBERTO MARINHO

A's 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Sebastião Archer  
Leônidas Mello  
Mendonça Clark  
Fausto Cabral  
Menezes Pimentel  
Reginaldo Fernandes  
Dix-Huit Rosado  
Argemiro de Figueiredo  
Novais Filho  
Barros Carvalho  
João Marcondes  
Heitor de Almeida Vianna  
Oyídia Teixeira

Lima Teixeira

Arlindo Rodrigues

Gilberto Marinho

Benedito Valadares

Moura Andrade

Alô Guimarães

Gaspar Velloso

Francisco Gallotti. — (20).

### O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 20 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. Francisco Gallotti serviu a ata da sessão anterior que, do de 2º Secretário, procede à leitura em discussão e sem debate aprovada.

O Sr. Heribaldo Vieira, 2º Suplente, servindo de 1º Secretário, lê o seguinte

### EXPEDIENTE

Telegramas: De congratulações pela inauguração da nova Capital da República.

I — das Câmaras Municipais de:  
Palmares — Pernambuco;  
Gandu — Bahia;  
Igarapava;  
Itapetininga;  
Sertãozinho — São Paulo;  
Mandacuri — Paraná;  
Cruz Alta — Rio Grande do Sul.  
II — dos Prefeitos Municipais:  
Gandu — Bahia;  
Garça — São Paulo.

— do Secretário do Diretório do PTB em Florianópolis, Sr. Ribeiro Gonçalves;

— do Sr. Elidoro Nascimento Filho, de Brejo Santo Ceará;

— da Cooperativa de Crédito Agrícola e de Melhoramentos de Jaboatão, Pernambuco.

— do Sr. Caetano Evora da Silveira, de Joinville, Santa Catarina.

— da União dos Caixeiros Viajantes, de Santa Maria, Rio Grande do Sul;

— da Rádio Colonial de Três de Maio, Rio Grande do Sul;

— do Sr. Bairo Alves Dutra, Vice-Prefeito de Itinga Minas;

— do Diretório da União Democrática Nacional, de Uberlândia, Minas.

— do Presidente da Associação Rural de Pôrto Nacional, Goiás.

De manifestações contrárias ao veto presidencial ao projeto que prorroga o prazo de pagamento dos débitos dos triticultores amparados pela Lei nº 3.551, de 13-2-1958:

— das Câmaras Municipais de:  
Cachoeira,  
São Borja, no Rio Grande do Sul.  
Cruz Alta e.

— do Comitê Nacionalista e da Federação de Associações de Triticultores, de Bagé.

— da Cooperativa Tritícola Sam-borjense de São Borja.

### Comunicações:

Do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Belo Horizonte, de posse dos órgãos dirigentes desta entidade, para o biênio 1960-1962:

— Das Câmaras Municipais de Dracena, (São Paulo) e Montes Claros, (Minas Gerais), de eleição de Mesas.

### O SR. PRESIDENTE:

Do Ministério das Relações Exteriores a Mesa acaba de receber consulta sobre a possibilidade de ser realizada sessão conjunta do Congresso Nacional no dia 1º de junho próximo, às 16.30 horas, para receber o Presidente de Cuba, em visita oficial ao Brasil.

Mesa vai promover os necessários entendimentos com a Câmara dos Deputados sobre o assunto. O Sr. Presidente designou o Sr. para saudar o visitante em nome do Senado. (Pausa).

Mesa teve conhecimento de dois projetos em projetos últimos e votados.

Projeto de Lei nº 23, de 1960 (1.513, de 1960 na Câmara), que põe sobre a organização administrativa do Distrito Federal de Brasília, no parágrafo único do seu artigo 47 há remissão ao art. 5º. A remissão certa, entretanto, deveria ser ao art. 51.

Projeto de Lei nº 30, de 1960 (1.514, de 1960 na Câmara), que põe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal de Brasília, art. 102 se refere ao art. 12 da Lei nº 374, de 19 de setembro de 1956, não deveria fazê-lo ao art. 102.

Quando em vista o disposto no artigo 318, letra c do Regimento, se o houver manifestação do Plenário em contrário, a Mesa oficiará a Presidência da República, dando-lhe conhecimento do assunto, para a devida correção, uma vez que se trata de erros manifestos, conforme foi arado. (Pausa).

SENADOR MENDONÇA CLARK PRONUNCIOU DISCURSO QUE SERÁ PUBLICADO OPORTUNAMENTE.

#### O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. Tem a palavra o Senador Jorge Maynard, segundo orador inscrito.

#### O SR. JORGE MAYNARD:

(Lê o seguinte discurso). Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Em uma das últimas sessões do Senado Federal, realizada ainda no Rio de Janeiro, apresentei uma descrição sucinta do que observou a Comissão designada para visitar os Estados do Nordeste assolados pelas enchentes ali ocorridas nos meses de março e abril passados.

Na qualidade de relator dos trabalhos da Comissão, para o que fui designado pela bondade e pela confiança dos meus nobres colegas, volto agora ao assunto para apresentar ao Senado, conforme prometi, um relatório mais detalhado, uma vez que naquela ocasião não pude assim proceder, porque estava sendo providenciada a mudança do Congresso para esta Capital.

Como é do conhecimento de todos, passou a fase crítica, procedendo-se agora a reconstrução daquilo que foi destruído. A ação do Governo, que se fez sentir naquela primeira fase, deve ser continuada agora, através de uma comissão federal de reparações.

As informações que ora trago ao conhecimento da Casa estão em parte modificadas, dado o tempo decorrido; servem, nesta oportunidade, mais como um documentário do que foram as enchentes ocorridas em uma região que, com frequência, é tão severamente castigada pelas terríveis secas.

O sertanejo nordestino, que tem a sua vida tão intimamente ligada às chuvas e que exulta quando elas vêm em quantidade suficiente para as suas atividades agropecuárias, desta vez, por incrível que pareça, sofreu enormes danos pelo excesso de um bem natural que normalmente lhe falta.

Poderia parecer estranho que um representante nordestino venha à tribuna do Congresso queixar-se do excesso de água, quando normalmente se ocupa de assunto oposto. Confesso que é, ali, com certo constrangimento que assim fazemos; entretanto, a fidelidade dos fatos nos cobre de inteira razão.

Pelo Parecerimento nº 114, de 1960, o Senador Joaquim Parente e diversos outros representantes, solicitaram

ao Senado a constituição de uma comissão, com o fim de examinar "in loco" o que ocorria nas regiões atingidas pelas enchentes, desde o Maranhão ao Espírito Santo.

A 29 de março, assim ficou organizada a Comissão: Senadores Gaspar Veloso (Presidente), Eugênio de Barros, Arlindo Rodrigues, Joaquim Parente, Dix-Huit Rosado e Jorge Maynard (Relator). Logo após a organização da Comissão, comparecemos ao Gabinete do Sr. Armando Falcão, Ministro da Justiça, o qual havia sido designado pelo Sr. Presidente da República, poucos dias antes coordenador geral das primeiras providências de socorro às vítimas das enchentes.

Ao mesmo tempo, em que comunicamos a S. Ex.ª a constituição da Comissão do Senado, indagamos quais as providências que já haviam sido tomadas pelo Executivo e quais as notícias oficiais que possuía a respeito do assunto.

O Ministro Falcão mostrou-se vivamente interessado em prestar todos os esclarecimentos que precisássemos e colocou-se ao inteiro dispor da Comissão, no sentido de proporcionar todos os meios necessários ao cumprimento da missão. Assim, comprometeu-se a providenciar junto ao Ministério da Aeronáutica fosse posto à nossa disposição um avião D.C.-3, da FAB, para que pudéssemos percorrer, a partir de São Luís do Maranhão, toda a região flagelada.

Comunicou-nos o Ministro Falcão que ficara assentado com o Sr. Presidente da República e com outros Ministros, que as Regiões Militares se encarregariam do socorro imediato às populações e que tomariam as primeiras providências relativas ao deslocamento dos habitantes dos locais perigosos, bem como da distribuição de viveres e medicamentos. A uma indagação nossa, explicou o Ministro que havia uma recomendação especial no sentido de que os Comandos Militares atuassem sempre em comum acordo com os Governos Estaduais. Como principal razão invocada para a entre-a dessas primeiras providências às Forças Armadas, estava o bom resultado obtido por ocasião da seca de 1953, quando se tomou idêntica medida; além disso, possuem as Forças Armadas eficiente organização, meios de transporte e, inclusive, a facilidade de requisitar esses meios, caso necessário. Realmente, tivemos a oportunidade de constatar o acerto da medida, como veremos no decorrer desta exposição.

Continuando suas informações, disse-nos o Ministro que o Governo Norte-Americano, através de sua Embaixada, havia posto à sua disposição alguns helicópteros de grande raio de ação, os quais já estavam se deslocando para a região. Disse também que já estavam seguindo para o Ceará grande quantidade de gêneros (farinha e xarque, principalmente), bem como medicamentos, com especialidade de vacinas de diversos tipos. Quanto ao Ceará, já estava tudo providenciado; com relação aos outros Estados, encontrava-se em fase de rápido entendimento com os Comandos Militares e Governadores. Salientou a cooperação que estava recebendo por parte da FAB e da Marinha de Guerra, além da participação ativa do Exército.

Porta a par da situação, resolveu a Comissão deslocar-se, por via aérea, diretamente do Rio a São Luís do Maranhão, onde daria início aos seus trabalhos.

De comêco, concordamos em que as nossas observações fossem feitas, sempre que possível, nos próprios locais mais atingidos pelas enchentes, assim como as informações fossem obtidas de autoridades e de pessoas idôneas nessas ocasiões".

mas, precavendo-nos contra os possíveis exageros, que em geral ocorrem nessas ocasiões".

Sr. Presidente, daqui por diante, fazemos uma descrição detalhada do que observamos e do que ouvimos da parte de numerosas autoridades com quem conferenciamos nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

#### Estado do Maranhão

Chegamos a São Luís no dia 2 de abril, sábado, às 5 horas da manhã, sendo gentilmente recebidos no aeroporto de Tirirical pelo Governador do Estado, Dr. Mattos Carvalho e secretários. Já às 10 horas, comparecemos ao Palácio dos Leões, sede do Governo, para ali encetar os primeiros entendimentos.

O Governador Mattos Carvalho fez um relato da situação existente no interior do Estado, bem como nos informou das providências já adotadas. Declarou que, até a data da nossa visita, nenhuma ajuda havia recebido por parte do Governo Federal, pelo que resolvemos endereçar ao Ministro Falcão o seguinte telegrama: "Levamos conhecimento vossência cumprimento missão nos delegou Senado, iniciamos hoje trabalhos. Agradecemos ter contato Governador Mattos Carvalho, em reunião Palácio Governo, presença comandante guarnição, Cel. Anacleto Tavares e Tte. Cel. Alfredo Carneiro Cunha. Hoje mesmo iniciaremos visita zonas atingidas enchentes este Estado. Situação apresenta-se extremamente grave, exigindo medidas rápidas e objetivas favor população atingida flagelo. Até este momento, nenhum auxílio chegou".

Idêntica mensagem foi enviada ao Senador Cunha Melo, digno 1º Secretário do Senado.

O Ministério da Saúde havia prometido enviar medicamentos, porém nada havia chegado ainda; entretanto, foi possível a distribuição de remédios pelas zonas mais atingidas, por haver alguns em estoque na Delegacia do DNERU e na Secretaria Estadual de Saúde.

Da nossa conferência no Palácio do Governo participou o Cel. Anacleto Tavares da Silva, Comandante do 24 BC, o qual nos informou ter recebido ordem do Comandante da 1ª Região Militar, General Damasceno Portugal, para prestar a sua ajuda no amparo às vítimas das enchentes. Já decidira o Cel. Anacleto enviar uma Companhia do seu Batalhão a Pedreiras, no vale do rio Mearim, um dos lugares mais atingidos.

Disse-nos o Governador Mattos Carvalho que havia aberto um crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, com o qual comprou de preferência medicamentos, bem como viveres e roupas que foram distribuídos nos diversos municípios, através dos párocos e prefeitos; logo de início, designou uma comissão composta do Secretário da Saúde, do de Finanças e de outras autoridades, encarregada de promover a assistência às vítimas das enchentes no território maranhense; ao agravar-se a situação, deu conhecimento do fato e pediu providências ao Sr. Presidente da República, a Ministros de Estado e às bancadas federais do Senado e da Câmara dos Deputados.

Além do Governador e do Comandante do 24 BC, ouvimos depoimentos de autoridades, dentre as quais o Dr. Seba Salomão, Secretário de Saúde; o Dr. Elói Coelho Neto, Secretário da Educação; o Dr. Arthur Evaristo, Chefe do Serviço de Endemias Rurais; e o deputado Cleodomir Miller chefe oposicionista estadual. Muitas outras pessoas idôneas foram também ouvidas, bem como mantivemos contatos com a Imprensa e Rádio locais.

Tentamos encontrar um meio de ir até o Vale do Mearim, mas não havia possibilidade de se ir, pois estavam totalmente impedidas, os rios

e riachos fora dos seus leitos normais. Nem mesmo de caminhão era possível alcançar os locais mais atingidos. Também não contamos, no Maranhão, com aviões que nos levassem a sobrevoar os vales inundados. O avião que o Ministro Falcão havia prometido não pudera chegar a São Luís, ficando retido em Terezina, em virtude de "pane" em um dos motores. A respeito, recebemos do Ministro da Justiça um ofício que esclarece perfeitamente a ausência do citado avião. No Maranhão, tivemos confirmadas inteiramente as razões apresentadas pelo Ministro. Desejamos salientar aqui a atenção com que S. Ex.ª distinguiu a Comissão do Senado, prestando-nos toda a assistência e colaboração. Nesta única oportunidade em que falharam os entendimentos, S. Ex.ª nos prestou cabais explicações.

Pelas informações que nos foram prestadas e pelo que nos foi dado observar, podemos transmitir ao Senado alguns esclarecimentos sobre o que se passou no Maranhão.

Como é sabido, aquele Estado possui pujante rede hidrográfica, tendo como principais rios, o Gurupi (nos limites do Pará), o Pindaré, o Mearim, o Itapicuru e o Parnaíba, este no limite do Piauí. Os dois primeiros não apresentavam enchente excepcional, além do que correm em regiões desabitadas, poucas notícias havendo delas. O mesmo não se deu com o Mearim e o Parnaíba, que há cerca de vinte dias daquela data, começaram a encher. Ao deixarmos o Maranhão, já o rio Itapicuru estava aumentando muito o seu volume d'água em escoamento. O Mearim é rio típico de planície, cheio de meandros e de pequeno declive, portanto de difícil escoamento. Dêsse rio, a zona mais atingida foi a da cidade de Pedreiras, onde muitas ruas ficaram alagadas; o bairro Trizide da dessa cidade foi totalmente invadido pelas águas, tendo sido muito danificadas as destruídas, só ali, mais de 300 casas, segundo informações do médico do DNERU, Dr. Arthur Evaristo, que ali esteve, havendo mais de cinco mil pessoas deslocadas e que se abrigavam, na maior promiscuidade, em armazéns de arroz e de feijão, que, nesta época do ano, estão vazios. Também se alojaram em ranchos de palha. O elevado número de crianças necessitava as autoridades. Já estava sendo providenciada, pelo DNERU e Saúde Pública do Estado, a vacinação intensiva, principalmente contra tipo e varíola. Entretanto, os médicos recebiam a colação de alguma epidemia, especialmente de gripe, caso não viessem maiores recursos. Outro fator importante é o econômico, visto os moradores não possuírem mais reservas em dinheiro para a aquisição de gêneros e, como as rotas estão parcialmente destruídas, tem-se uma difícil situação para futuro próximo. Estudava-se, na ocasião, a possibilidade de dispensa dos impostos que gravam as casas danificadas ou destruídas.

Ainda no vale do Mearim, foram inundados trechos da estrada de acesso a Bacabal, parte da localidade de IPIXUNA e áreas adjacentes ao rio.

As informações que obtivemos sobre as principais culturas, que são arroz, milho e algodão, foi a seguinte: as plantações são feitas em fevereiro, que é a época das primeiras chuvas; em abril, essas vegetais estão frutificando. Se advém enchentes ou chuvas em excesso há grande prejuízo. Foi o que ocorreu agora, disseram-nos. A região referida também foi atingida pela praga denominada "pulga", um insecto predatório. No vale do Itapicuru, foram atingidas localidades do interior da municipalidade de Caxias, sendo poupança a sede municipal por encontrar-se em local elevado.

Ao longo do vale do Parnaíba, da lado maranhense, muitas foram as cidades duramente atingidas. Tercelândia, em função da Parnaíba, ficou totalmente alagada, tendo seus habi-

tante se deslocado em massa para a capital piauiense e para municípios vizinhos. O nobre Senador Eugênio de Barros percorreu todo o trecho situado entre Timon e Caxias, tendo constatado destruição de numerosas casas localizadas na margem do Parnaíba, onde as águas subiram até a altura dos telhados. Calculam-se em 250, o número de casas destruídas em Timon. Parnarama, outra cidade maranhense do vale do Parnaíba, situada a montante da anterior, também ficou bastante alagada, com cerca de 60 casas dentro d'água. No Baixo Parnaíba, pelo lado maranhense, só foram as cidades de Santa Quitéria, que ficou ilhada e onde chegou a falta de alimentos, bem como Caxias, Buriti, Brejo, São Bernardo e outras. No Alto Parnaíba, ainda na margem maranhense, foram parcialmente inundados Barão de Grajaú e São Francisco.

A grande ponte metálica, reforçada, sobre o rio Parnaíba, localizada em frente a Terezina, e que serve à Estrada de Ferro São Luís-Terezina, esteve ameaçada de ruir, já havendo um recalque de 60 centímetros em um dos pilares. Posteriormente, essa ponte foi interdita, o que trouxe enorme prejuízo aos dois Estados limítrofes.

Sociedades civis de São Luís, assim como o 24 BC, organizaram comissões que se encarregaram de obter gêneros, agasalhos e donativos diversos no comércio e população da cidade. As autoridades eclesiásticas desacaram-se na ajuda aos flagelados, em cooperação com o Governo do Estado e Prefeituras municipais. Também a Missão Batista de Fortaleza, por intermédio do Vice-Cônsul norte-americano no Maranhão, pôs à disposição do Estado dois pequenos aviões, os quais estavam sendo aguardados em São Luís.

Finalmente, verificamos que, conforme nos declarou o próprio Governador, as medidas tomadas pelo Estado são em pequena escala, devido à falta de recursos. Havia necessidade do envio de numerário, para que o Estado do Maranhão pudesse atender às populações, sob os mais variados aspectos (viveres, roupas, ajuda para a reconstrução de casas e cercas); remessa urgente de medicamentos, especialmente vacinas, não havendo necessidade de pessoal, porque o Estado dele dispunha, inclusive de médicos, envio de sementes para que fosse aproveitada a umidade do solo, especialmente de sementes de um feijão denominado de "40 dias", de rápida frutificação.

Cumprida a nossa missão no Maranhão, viajamos no dia 3 (domingo), às cinco e meia da manhã para Terezina. Sobrevoamos parte do vale do rio Itapicuru, sobre grandes baçuais, onde se viam algumas áreas alagadas. Tivemos ocasião de sobrevoar também boa parte do rio Parnaíba e verificar a extensão da inundação, observando muitos cascos onde a água atingiu o telhado do telhado.

#### Estado do Piauí

Chegados ao aeroporto de Terezina, verificamos que as águas haviam atingido as vizinhanças da pista de pouso, sem contudo alcançá-la. Fomos ali recebidos pelo Senador João Mendes e por autoridades estaduais que representavam o Governador do Estado. Logo após a nossa chegada, dirigimo-nos ao Palácio de Karnak, sede do Governo Estadual, onde nos avistamos com o Governador Chagas Rodrigues, o qual nos fez um relato da situação do Piauí, face às enchentes. Ali mesmo, no Palácio do Governo, foi instalada a comissão designada pelo Governador para tomar as providências de socorro aos flagelados, comissão essa constituída de pessoas de destaque do Executivo Estadual, do Legislativo, do Clero, da Liderança da Oposição na Assembleia Legislativa, das Forças Armadas e autoridades federais. Criou-se de imediato o Serviço de Informações, sob a direção do Major Arnaldo da Cruz

Paíão, do 2º Batalhão de Engenharia, sediado em Terezina. Diante de mapas, fotografias e relatórios de oficiais que percorreram as zonas mais atingidas pelas águas, o Major Paíão fez completa descrição do que estava se passando em Terezina e no interior do Estado, bem como das providências tomadas. Logo após, o Cel. Raul da Cruz Lima Junior, Comandante da Guarnição Militar e do 2º BE, completou as informações e nos trouxe notícias mais recentes. Por fim, novamente, o Governador Chagas Rodrigues nos forneceu mais outros esclarecimentos.

Depois de ouvidos esses depoimentos, saímos a percorrer as zonas atingidas da Capital piauiense e arredores, em companhia do Governador, do Senador João Mendes e de outras autoridades.

Encontramos a cidade em febril atividade: os Poderes Públicos, com o apoio da população local, desdobravam seus esforços no sentido de minorar os sofrimentos de grande quantidade de pessoas desalojadas de suas casas e despojadas de seus pertences. Nos dias 3 e 4 de abril, quando estivemos, a situação era ainda de ansiedades e de nervosismo, mas a assistência já estava se fazendo sentir com eficiência. Notamos que os órgãos estavam já constituídos e em franca atividade; faltavam, porém, os gêneros e os meios de distribuí-los em maiores proporções, como haviam necessidade. Já estavam ali chegando os aviões da FAB e helicópteros norte-americanos, e iniciada a distribuição de viveres e medicamentos pelo interior, lançados do ar.

Em Terezina, havia mais ou menos 2.500 pessoas deslocadas, e que foram abrigadas em barracões localizados nas vizinhanças da cidade. Toda essa gente estava sendo atendida pelo Governo do Estado e pela Guarnição Militar, ali sediada. Calculava-se em dois mil o número de casas destruídas ou destruídas. Nos dias que ali permanecemos, a maior dificuldade residia na falta de viveres para os flagelados e de transporte para atender às localidades do sul do Estado. No dia de nossa partida, já essa situação se modificou para melhor. Havia suficiente quantidade de remédios.

Visitamos dois albergues, onde se proporcionava alojamento e comida para centenas de pessoas. Era impressionante o número de crianças. Estivemos no bairro Poti Velho, que foi totalmente alagado, onde a água atingiu o telhado das casas, bem como na parte baixa da cidade a que fica adjacente ao rio Parnaíba, também invadida pelas águas. O rio Parnaíba havia ultrapassado de muito o seu leito e, na forte correnteza de água barrenta, viam-se descer troncos de árvores e restos de casas.

Já no Piauí, foi posto à nossa disposição um avião C. 47 da FAB, para o sobrevôo do Estado, mas a situação alimentar no interior era tão precária que não consentimos em que se tirasse a carga de viveres destinada ao lançamento nas localidades isoladas, para que pudessemos sobrevoá-las. Havia um ambiente de ansiedade que a todos contaminava...

De Terezina o nobre Senador Eugênio de Barros viajou em difíceis condições para Caxias, no Maranhão, a fim de verificar o estado da cidade maranhense de Timon, fronteira a Terezina, bem como o interior daquele município. Já me referi às suas informações.

Também o ilustre Senador Joaquim Parente viajou para o interior do Piauí, sobrevoando toda a zona sul do Estado, que foi muito castigada.

Pelo que nos foi dado observar e pelas informações fidedignas que conseguimos obter, a situação no Piauí, sobrevoando toda a zona sul, Descrevemos o que ocorreu no interior do Estado, segundo os dados obtidos pela nossa Comissão.

As cheias começaram no dia 23 de março, tendo sido particularmente

violentas no sudeste do Piauí, na região de Picos. Toda aquela vasta região, sabidamente tão castigada pelas fortes secas, ficou isolada por vários dias; dali não se tinham notícias. A enchente cobriu toda a população completamente desprevenida, porque não se acreditava pudessem as águas subir a níveis tão altos, em zona caracteristicamente seca.

Segundo nos esclareceu o major Paíão, do 2º BE, as primeiras notícias que lhe chegaram foram relativas a inundações provocadas pelo rio Canindé, afluente da margem direita do Parnaíba. Essas informações foram prestadas por uma Companhia do seu Batalhão que estava trabalhando naquela região. No começo, as notícias foram escassas, mesmo porque as chuvas, apesar de muito abundantes, não indicavam haver grande perigo de inundações; daí a ausência de notícias alarmantes nos primeiros dias. Porém, depois do dia 26 de março, com a continuidade e intensidade das chuvas, a situação tornou-se muito em grande parte do Estado, principalmente no sudeste, tornando-se, daí em diante, de calamidade pública. Naquele dia 26, foi cortada por completo toda ligação com a zona flagelada, seja por terra, pelo ar ou mesmo pelo rádio. Somente alguns rádio-amadores conseguiram uma muito precária comunicação. Daquela data em diante, começou a assistência aos flagelados. Notícias esporádicas e incertas davam como verdadeiramente alarmante a situação do vale do Canindé e seus afluentes, isto é, de Picos, Itainópolis, Patos e Conceição do Canindé. Os pilotos da FAB, devido ao mau tempo e espessas nuvens, não podiam atingir aquela região e sobrevoá-la. Depois de melhoradas as condições atmosféricas e recebidos mais aviões, foram organizadas missões aéreas de socorro e de observação. Verificou-se, então, que Picos sofreu grande destruição e danificação de casas, avaliada em 70% (cerca de 800 casas), devido à violenta ascensão das águas do rio Guariba, afluente do Itaim. Os bairros e povoados vizinhos, de Ipueiras, Lagoa Comprida, Várzea Grande e Aroeiras ficaram muito danificados. A população aglomerau-se nas vizinhanças da igreja e no hospital, situados em pontos mais altos. A estrada de acesso à cidade ficou interrompida. Estabeleceu-se um serviço de helicópteros e posteriormente de aviões, entre Terezina e a região de Picos, para onde foi transportada grande quantidade de viveres e medicamentos. O Senador Mendonça Clark nos ofereceu algumas fotografias de Picos, as quais confirmam a informação.

A vila de Patos, no município de Jaicós, ficou ilhada e foi quase toda destruída (90%), tendo a população se refugiado na igreja e no grupo escolar, únicos pontos que foram poupados. Os aviões da FAB lançaram gêneros e medicamentos ali.

Itainópolis, situada na margem do rio Itaim, afluente do Canindé, também foi grandemente danificada, ficando igualmente ilhada e recebendo durante vários dias, os mantimentos pelo ar. Estavam, na ocasião, estudando a possibilidade de retirar as pessoas doentes por meio de helicópteros; as sãs não queriam abandonar sua cidade. Calcula-se que tenha sido atingida em cerca de 70% com 800 pessoas desabrigadas. Há a versão de que foi a cidade mais sacrificada do Piauí. O Senador Mendonça Clark também nos mostrou fotografias bem expressivas do que foram os danos sofridos por Itainópolis.

Florianópolis, na margem do Parnaíba, sofreu algum dano nas partes mais baixas, calculando-se em 300 o número de casas danificadas e grande número de pessoas deslocadas.

Conceição do Canindé, situada à margem de pequeno riacho transfor-

mado em impetuosa corrente, sofreu grandes danos, calculando-se que 300 pessoas ficaram desabrigadas.

Com a descida rápida das águas do rio Canindé e afluentes, tornou-se possível, algum tempo depois, o acesso por terra às localidades situadas naquele vale, pelo que ficou menos difícil o serviço de abastecimento. O restabelecimento das estradas de rodagem de acesso ao sul do Estado estava sendo providenciado pelo 2º BE, o qual antes estava trabalhando na região. Parece que as enchentes do Parnaíba foram maiores de Florianópolis para jusante.

A mediua que a onda de enchente ia atingindo o vale do Baixo Parnaíba, as localidades e campos marginais sofriam os seus efeitos, uma vez que as águas se espalhavam por 2,3 e até mais quilômetros. Naquela parte do Estado, sofreram danos as seguintes localidades:

União, na margem do Parnaíba, foi parcialmente inundada; um pequeno povoado próximo a essa cidade, foi totalmente alagado; Nilo, em cujas proximidades ainda havia habitantes, em grande quantidade, que não podiam retirar-se, não ser em barcos; Miguel Alves, também, ficou ilhada, tendo a população se concentrado em uma parte alta, onde se localiza a Igreja; Porto, parcialmente alagada; Luzilândia, onde o rio espalhou-se em uma faixa avaliada em 8 km., deixando numerosas pessoas ilhadas, esperando o socorro; Buriti dos Lopes, também atingida; e Parnaíba, importante cidade, próxima da foz do Parnaíba, parcialmente atingida pelas águas, e onde havia cerca de 3.000 pessoas desabrigadas. O nobre Senador Joaquim Parente sobrevoou toda essa região do Baixo Parnaíba, em companhia do Cel. Terra, da FAB. Em toda essa parte do vale do Parnaíba, foi lançada grande quantidade de gêneros, medicamentos e agasalhos pela FAB e pelos helicópteros do navio quebra-gelo norueguês "Glacier", que estava fundeado no porto de Luís Correia. Lanchas e botes desse navio também participaram dos serviços de salvamento. No lançamento de charque e outros viveres nas zonas alagadas eram empregados pneumáticos para fazer flutuar a sacaria; alguns se perderam levados pela forte correnteza.

A lavoura ribeirinha do Parnaíba, e que é uma das mais importantes do Piauí, foi em grande parte sacrificada; há, porém, uma parte do Estado em que as lavouras foram beneficiadas com as chuvas abundantes. Julga-se que a destruição das lavouras marginais dos rios venha a afetar, em futuro próximo, as condições de abastecimento do Estado. As autoridades muito insistem no sentido de serem enviadas sementes e implementos agrícolas para o replantio das regiões alagadas e que foram fertilizadas pelo húmus trazido pela enchente.

Houve, também, arrastamento de agudes no interior do Estado.

Tivemos oportunidade de verificar que no Piauí fez-se um grande esforço comum das autoridades públicas e eclesiásticas e do povo no sentido de atender às necessidades iminentes das populações flageladas. O Arcebispo de Terezina, D. Avelar Brandão, o Senador Mendonça Clark e outros conseguiram do Governo do Estado de São Paulo e da Federação das Indústrias grande quantidade de medicamentos, bem como agasalhos, implementos agrícolas e viveres. Articularam-se, igualmente, com a LBA, COFAP e Ministério da Saúde, no sentido de aparelhar a ASA — Ação Social Arquidiocesana, para os trabalhos de assistência. O Bispo de Odias, D. Edilberto Diukelborg, também tomou parte ativa no atendimento das populações do sul do Estado. Através da Campanha da Solidariedade, o povo de Terezina muito con-

correu para o auxílio às vítimas das enchentes. Procedeu-se à vacinação em grande escala, para o que concorreram o SESP, o SAMDU, o DNERu e a Secretaria Estadual de Saúde. Os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e Rio Grande do Sul enviaram equipes de médicos, enfermeiros e estudantes. O Ministério da Saúde, a Confederação Nacional do Comércio e outras entidades governamentais e particulares também enviaram auxílios em dinheiro, víveres e carregamentos de vacinas, sôros, sulfas antibióticos, etc.; não havendo assim, falta de medicamentos. Alguns laboratórios, como por exemplo, o Sidney-Ross enviou antimaláricos. O Governo do Rio Grande do Sul enviou um donativo de Cr\$ 100.000,00.

Quanto ao abastecimento de gêneros havia, na ocasião da nossa visita ao Estado, grande deficiência. Nos albergues, onde se achavam alojadas numerosas pessoas, as refeições eram preparadas e distribuídas pelo Exército. Fardos de charque, de arroz, de farinha eram transportados e lançados do ar, pelos aviões da FAB, nas localidades do interior, à medida que iam sendo obtidos em Teresina, que foi transformada em centro de operações.

Como até aquela data, ainda não tivessem chegado os víveres prometidos pelo Governo Federal, o INIC autorizou a aquisição de gêneros no próprio comércio local, os quais foram logo distribuídos. Também alguns gêneros que estavam nos depósitos da COAP foram requisitados e distribuídos, não sendo possível aguardar a autorização da COAP para a sua entrega. Declarou o Governador que "se os aviões da FAB estão podendo levar víveres e remédios para o interior, é porque a Comissão Estadual providenciou a aquisição e obtenção desses víveres, pelos meios mais diversos".

O Governador do Estado recebeu comunicado do Ministro Falcão de que havia destinado Cr\$ 10.000,00 para atender às despesas de assistência urgente ao Piauí, nessa emergência. Achavam o Governador e o Cel. Comandante da Guarnição Militar que importância deste vulto já havia sido gasta até aquele dia, utilizando-se das disponibilidades do Tesouro Estadual e das reservas do Batalhão, as quais teriam de ser repostas. Segundo o Cel. Cruz Lima, as despesas diárias são de ordem de Cr\$ 1.600.000 à base de Cr\$ 40 por pessoa, havendo uns 40.000 deslocados.

Também esteve em Teresina o General Damasceno Portugal, Comandante da 10ª Região Militar, sediada em Fortaleza, tomando conhecimento da situação do Estado e autorizando o comando local a tomar várias providências.

Desejavam os piauienses, naquela ocasião, que fossem enviados gêneros em maiores quantidades; que fossem incrementados os serviços sanitários; dedetizadas certas áreas; restauradas as casas e os edifícios públicos, bem como as estradas, os campos de pouso e a ponte metálica do rio Parnaíba; fossem distribuídas sementes, implementos agrícolas e arame farpado; para combater o desemprego, que fossem abertas frentes de trabalho. Desejavam, igualmente, que fosse concedida moratória aos devedores que exerciam atividades nas regiões devastadas, bem como liberadas as verbas orçamentárias destinadas ao Estado. Seria necessária a constituição de uma comissão que se encarregue de averiguar todos os danos.

Como aconteceu nos demais Estados, a imprensa e o rádio, com os quais mantivemos contato, puseram-se a serviço das populações, devendo ser destacado o serviço dos rádio-amadores, que merecem os maiores elogios.

Cumprida a nossa missão no Piauí, seguimos para Fortaleza em avião da FAB, tendo alcançado a Capital cearense às 18 horas, do dia 4 de abril.

Antes, sobrevoamos novamente o Vale do Parnaíba, cujas águas começavam a baixar.

Como do Ceará em diante já havia passado a fase das enchentes e as providências de primeiro socorro às vítimas já tinham sido tomadas, a nossa descrição tem um caráter um pouco diferente daquela feita nos Estados do Maranhão e Piauí, a não ser a referente ao Baixo Jaguaribe e ao Baixo São Francisco, zonas que ainda persistiam inundadas.

**Estado do Ceará**

No dia seguinte, 5 de abril, às 9 1/2 da manhã, estivemos com o Governador Parsifal Barroso, no Palácio do Governo. S. Exa. já estava de viagem a Recife, onde deveria participar, no dia seguinte, de uma reunião da Sudene. Por esta razão, a nossa entrevista foi rápida, o tempo apenas suficiente para o Governador cearense nos fornecer algumas informações. Declarou-nos que, dos agudos públicos do Ceará, apenas 2 romperam-se: o de Orós e o de Quixabinha. Agudes particulares haviam rompido 306. E sua opinião que uma parte muito importante dos trabalhos assistenciais é a relativa à assistência econômica que terá de ser prestada aos lavradores da região assolada, para que voltem com urgência e encontrem razoáveis condições locais, com o fim de que possam aproveitar a oportunidade das terras molhadas para o plantio, o qual deverá ser feito em abril. Para isso, era imperioso que tivessem os necessários implementos agrícolas, sementes diversas, inseticidas e arame farpado. Como estava de partida para Recife, prometeu-nos o governador que faria chegar às nossas mãos, ainda em Fortaleza, um relatório completo sobre o que ocorria no Vale do Jaguaribe. Infelizmente, esse relatório não nos foi entregue.

Da sede do Governo Estadual dirigimo-nos ao Quartel General da 10ª Região Militar, onde estivemos em denominada conferência com o titular, General Damasceno Portugal. Em ampla exposição que fez perante os membros da Comissão, o General Portugal esclareceu que estava atendendo, somente no Ceará, a cerca de 60.000 pessoas, ou sejam aproximadamente 10.000 famílias, através de organizações dirigidas por oficiais do Exército, distribuídos por toda a região atingida pelas enchentes. Calculava que existissem desabrigadas de 8 a 10.000 famílias cearenses. Já haviam sido vacinadas contra a varíola, tifo, etc., em cooperação com a Secretaria de Saúde do Estado, 85% da população da área flagelada. Distribuído víveres aos que tivessem obtido, antes, a ficha de vacinação, obrigava desta forma a todos se vacinarem. Inicialmente, o Governo Estadual assumiu a responsabilidade das providências de compra na praça e da distribuição de gêneros e medicamentos. Logo depois, o Estado e a COAP compravam os gêneros e o Exército os distribuía. Por fim, a partir do dia 1º, o General Portugal, de comum acordo com o Governador, tomou a si o encargo de proceder às compras e de fazer a distribuição dos gêneros. A agência local do Banco do Brasil já havia recebido autorização para lhe entregar a importância de Cr\$ 30.000.000,00, enviados pelo Governo Federal, dos quais Cr\$ 20.000.000,00 destinavam-se ao Ceará e Cr\$ 10.000.000,00 ao Piauí. Com as disponibilidades que possuía, estava adquirindo os gêneros a vista, obtendo desta forma melhores preços.

Os flagelados das enchentes estão recebendo nos primeiros dias melhor etapa do que os soldados e porções de açúcar ou rapadura. Cada uma dessas rações custa Cr\$ 4,00, sem incluir o transporte. Como está alimentando 60.000 pessoas, diariamente, a despesa cotidiana é de Cr\$ 240.000,00, somente no Ceará. O consumo diário de gêneros é da ordem de 60 toneladas.

Com os recursos regionais, consegue a Região Militar resolver o problema do suprimento de café, açúcar, sal, óleo vegetal; porém, o xarque e parte do feijão vêm do Sul. Dado o vulto das despesas, o Governo do Estado não está em condições de arcar com o pesado ônus da manutenção dos flagelados; só com a ajuda federal será isso possível.

Relativamente à área que está ocorrida, por intermédio da 10ª Região Militar, esclareceu o General Portugal que, até aquela data, havia recebido instruções para atender ao Ceará e ao Piauí, porém, já estendeu a sua assistência ao Maranhão, por estar dentro da sua jurisdição. Contando com o apoio do Governo Estadual, das outras Forças Armadas, da Associação Comercial e de diversas entidades de classe, o General declarou estar levando eficiente amparo às populações sacrificadas pelas enchentes. Na ocasião da nossa visita, a Região Militar estudava um plano para evitar o êxodo das populações marginais do rio Jaguaribe; para isso, pretende criar condições para a volta à vida normal no vale, seja reconstruindo as casas destruídas, seja refazendo as cercas, para evitar a invasão do gado nas plantações. Para isso, já convocou todos os representantes dos serviços federais e providências estão sendo tomadas nesse sentido.

Quanto à situação do vale do Jaguaribe, informou que recebe frequentes relatórios e que já estava voltando à normalidade. O trecho de Aracati, na foz do rio, até Limoeiro do Norte, no qual se extrai sal e cera de carnaúba, ainda se encontrava bastante alagado; de Limoeiro até a cidade de Jaguaribe, onde se trata de pecuária e agricultura, as condições já permitiam a volta aos locais de residência; e daí para cima, onde domina a pecuária, a situação era melhor.

Logo após a conferência com o General Portugal e de posse das suas informações, dirigimo-nos à Base Aérea de Fortaleza, onde o seu Comandante Cel. Ovidio e o Sub-Comandante Cel. Terra, nos deram alguns esclarecimentos sobre os trabalhos da FAB, naquela emergência. Assim, sabemos que até a data da nossa estada ali, já tinham sido lançadas de avião, sobre o vale do Jaguaribe, 39 toneladas de gêneros, bem como reabastecido número de missões de reconhecimento, de salvamento e de arancimento. Naquele mesmo dia, pela manhã, estavam enviando para o Piauí, 15 toneladas de mantimentos. Dois helicópteros estavam esperando no Baixo Jaguaribe, com base em Aracati. Alojado na Base Aérea estava o Pelotão de Suprimento Aéreo do Exército.

Logo após, às 13 1/2 horas, tomamos um avião C-47, da FAB, e nos dirigimos para Aracati, onde começamos o sobrevôo do vale do Jaguaribe, até Orós, situado a 282 quilômetros distante do mar. Esse mesmo avião cargueiro estava já com uma carga de 1.800 quilos de gêneros (açúcar, xarque, farinha, feijão e arroz) para serem lançados pelas localidades ainda carentes de abastecimento.

Sobrevoamos a costa cearense e ao nos aproximarmos de Aracati, situada a 16 km do Atlântico, verificamos que o mar estava em grande área com as águas avermelhadas, devido a descarga barrenta do Jaguaribe. Daí para diante, o vôo foi feito em baixa altitude, o que nos permitiu observar mais facilmente os grandes estragos produzidos pelas águas escodadas da barragem de Orós. Em Aracati, parcialmente atingida, sobre a qual o avião deu várias voltas, vimos ainda muitas ruas inundadas, com a água alcançando o beiral do telhado das casas, especialmente nas margens do rio. As águas já estavam bruxando rapidamente, ao que nos informaram, mas os campos vizinhos à cidade e margens do rio ainda se apresentavam muito

alagados. Do ar, divisamos um pósto de abastecimento da FAB, onde havia grande quantidade de alimentos ensacados e um helicóptero pousado. Segundo nos informaram, as numerosas salinas existentes naquela região foram muito danificadas e perdido o sal que ali estava acumulado. Continuando rio acima, verificamos que as águas já haviam regredido muito, deixando uma larga faixa de lama vermelha e diversas lagoas, que acompanhavam o rio em toda sua extensão. Apesar da baixa das águas, viam-se muitas casas invadidas e os canaviais e fazendas alagadas. Não havia mais pessoas ilhadas, como ocorreu nos primeiros dias, em que a situação era de verdadeira calamidade pública.

A medida que o avião se deslocava, vale acima, e sobrevoávamos cidades e vilas, como Itacaba, Morrinhos, Jaguaruana, Quixerê e outras, verificávamos que, realmente, foi bem grande a devastação no vale do Jaguaribe.

Em Limoeiro do Norte, cidade que foi muito danificada, testemunhamos o lançamento de 600 quilos de víveres, do próprio avião em que viajávamos. Depois de circular várias vezes, o piloto escolhe o ponto mais conveniente, onde deverá cair a carga; na última, paisagem, são então lançados os fardos em pára-quadras. Novamente circula o avião, para verificar se a carga foi bem lançada. Do alto, observávamos as pessoas que corriam na direção dos pontos onde haviam caído os sacos de mantimentos. Toda a sacaria era lançada de pára-quadras, exceto os sacos de charque, que eram lançados em queda livre. Toda a operação, que é feita em vôo baixo e perigoso, é precedida pelos aviões da FAB e pelo corpo de pára-quedistas do Exército.

Lançamentos outros, feitos nas mesmas condições do anterior, foram realizados em São João do Jaguaribe, onde ficaram sacos de feijão, arroz, charque e açúcar, e em outras localidades do vale, as quais não nos foi possível identificar. Verificamos que diversas cidades e vilas sofreram destruição muito grande, havendo elevado número de casas danificadas ou destruídas. Muitas vilas situadas à margem do rio e mais próximas de Orós foram quase totalmente arrasadas pelas águas escodadas da grande arude. A violenta correnteza lançou por terra as casas de pau-a-pique que encontraram no seu trajeto e danificou seriamente as de alvenaria. Vimos vilas ribeirinhas reduzidas à metade; onde as águas haviam atingido só restavam os escombros. Na localidade que nos indicaram como sendo Castanhão, por exemplo, poucas casas restavam, inclusive a igreja de construção mais resistente. Por fim, alcançamos Orós, que foi sobrevoado demoradamente. Verificamos que não havia mais água acumulada e que o Jaguaribe corria celeremente, ainda caudaloso, no fundo do vale. Vimos bem a abertura feita pelas águas, depois de ter ultrapassado o corremento da barragem, assim como os trabalhos interrompidos do vertedouro de emergência, iniciado na ombreira direita, e que não chegou a funcionar. Deixamos de nos referir aqui sobre as razões da desastre de Orós, não só porque este assunto escapa ao âmbito da nossa Comissão, como também por não possuímos elementos suficientes para uma manifestação imparcial. Entretanto, podemos afirmar que a barragem em si foi muito bem construída, pois do contrário não suportaria o extraordinário volume de água, da forma que é. A destruição da barragem de Orós, que foi muito bem concebida e construída com material adequado, entretanto, não foi imensamente valiosa, já que a barragem, se destruída, não produziria uma catástrofe de grandes proporções. O rompimento foi muito rápido, porém um trunfo

tardado pela resistência da barragem. De Orós, regressamos a Fortaleza, sobrecarregando o grande açude Banabuiu, no rio de igual nome, afluente do Jaguaribe.

As cenas de desolação, que tivemos diante dos olhos no vale jaguaribano, foram sucedidas por outras bem diferentes e mais animadoras. O Banabuiu estava completamente cheio, o mesmo açude se esbandando normalmente pela tubulação própria. Tudo o vale apresentava-se bem cultivado e verde, arrostando-se numerosos pequenos açudes, todos igualmente cheios.

Sobrevicimos a região de Quixadá que também se apresentou em boas condições e a famosa Serra de Baturité. Afóra o desastre de Orós, com o seu cortejo de prejuízos e de sofrimentos, bem como o rompimento de açudes particulares e danos verificados em estradas, o Estado beneficiou-se com as chuvas abundantes que se prepararam por ampla região. Chegamos de volta a Fortaleza às 17.30 horas depois de 4 horas de voo pelo interior. Por outras informações de pessoas de destaque, obtivimos mais os seguintes esclarecimentos: os prejuízos quase se limitaram ao vale do Jaguaribe; houve danos também nos canais de irrigação nos outeiros, nas moto-bombas além do sofrimento de colônias; houve certa destruição de culturas de subsistência; calculava-se em 9.500 o número de casas destruídas, havendo outras tantas avariadas; o número de pessoas deslocadas foi nos dias mais críticos, da ordem de 100.000; o Ministério da Saúde, a COFAP, a LBA, as Pioneiras Sociais, a Associação Comercial do Ceará e um avultado número de associações prestaram eficiente colaboração; a Marinha de Guerra transportou vitórias quantidades de víveres do sul para o Ceará. Unâimes depoimentos salientaram a atuação da PAB e do Exército que, realmente, prestaram relevantes serviços na dura emergência por que passou o povo cearense. Aviação Globomasters da USAF colaboraram no transporte de víveres e medicamentos do Rio e Recife, para o Ceará. Medidas preventivas foram tomadas em tempo, de modo que quando ocorreu o acidente de Orós, na madrugada do dia 26 de março, poucas pessoas restavam nas áreas perigosas, evitando-se, assim, perdas de vida. Os mais recalcitrantes em abandonar essas áreas, e que não eram poucos, foram compelidos, à força, a se afastarem para lugares mais seguros. Com a devida antecedência, foram enviados para a região ambulâncias, botes de borracha e barracas de lona. Medicamentos diversos, como sejam sulfas, vitaminas, penicilinas, soros e vacinas foram amplamente distribuídos e aplicados, evitando-se um surto epidêmico.

Deixamos o Ceará, certos de que tudo ali havia sido providenciado no sentido de minorar o sofrimento das populações atingidas pelas enchentes. No dia seguinte, 6 de abril, às 9 horas da manhã viajamos para Natal.

Estado do Rio Grande do Norte.

Ali chegando fomos imediatamente ao Palácio Potengi, a fim de estar-mos com o Governador Dinarte Mariz. Entretanto, S. Ex.<sup>a</sup> havia viajado para Recife, a fim de participar da reunião da Sudene. Recebidos pelo Chefe do Gabinete do Governador potiguar, este nos deu alguns informes sobre a situação no interior do Estado. Imediatamente, solicitou a presença do Tte. Cel. Auriz Coelho e Silva, Comandante do 3º Batalhão do Grupamento de Engenharia do Nordeste, sediado em Natal, o qual passou a descrever o que ali havia ocorrido e as providências tomadas. Inicialmente, disse, com a inundação do vale do Jaguaribe, deslocou-se grande número de pessoas da região de Aracati, para a cidade de Mossoró; porém, não na

que proporção que havia sido noticiada. Segundo a sua opinião, não constituiu sério problema o alojamento das pessoas deslocadas, porque ficaram abrigadas em casas particulares, edifícios públicos e em ranchos construídos nas partes mais altas. Para isso, muito concorreram a população e as autoridades de Mossoró. Ali, estabeleceu-se a base de assistência no Baixo Jaguaribe e Açu. Depois, as chuvas foram mais intensas nos vales do rio Açu, que é o Mossoró e Areia Branca e do rio Açu, que na parte alta tem o nome de Piranhas. Já ali, a própria cidade de Mossoró começou a sofrer inundação nas partes mais baixas. Os maiores danos, porém, segundo declarou verificaram-se no Baixo Açu, atingindo as localidades de Açu, Pendência e Macau. Calou o Coronel que nesta parte do Açu estiveram atingidas umas 400 casas, porém não muitas destruídas. No dia anterior à nossa chegada, havia distribuído uma nota à imprensa na qual historicava as suas providências, arradacando a cooperação das autoridades federais estaduais e municipais bem como o clero; e comunicava que naquele dia encerrava os seus trabalhos no vale do Mossoró e no dia seguinte na área do vale do Açu. Assim procedia, por julgar não haver mais necessidade de assistência de caráter urgente, pois a falta crítica havia cessado e era necessário que os deslocados regressassem logo às suas terras. A enchente foi rápida e todo o excesso de água já escoou. A assistência imediata dada pelo 3º BE consistiu do fornecimento de alimentação e diversos outros às populações flageladas bem como da distribuição e antecipe de medicamentos. As lavoures foram em parte destruídas; agora é urgente a distribuição de sementes, com o fim de ser aproveitada a reza das terras. E também urgente a reconstrução daquilo que foi destruído. A BR-53 sofreu sérios estragos, o mesmo ocorrendo com cerca de 300 açudes particulares. A fim de que se possa ter certeza dos danos ocorridos, será necessário proceder-se a um levantamento completo, o que não foi feito ainda. O chefe do Gabinete do Governador, delicadamente, contraditou certas afirmativas do Cel. Auriz, especialmente no que diz respeito ao vulto dos danos sofridos no vale do Açu, seja em estradas de rodagem seja na lavoura. Nesse vale foram parcialmente inundadas as cidades e vilas de Jucurutu, São Rafael, Açu, Trauaçu, Carnaubais, Pendência, Macau e Areia Branca, além de numerosos lugares ribeirinhos. Outros dados que colhemos se referiam à perda quase total do sal acumulado nas salinas de Areia Branca e de Macau, e danos nas principais salinas. A área de carnauba, que já estava colhida nos vales do Açu e do Açu e que se achava estocada nos carnaubais invadidos pelas águas, foi em parte deteriorada ou carregada pela enxurrada.

O Governador do Estado também auxiliou os trabalhos de assistência às vítimas das enchentes do Baixo Jaguaribe para ali enviando equipes de médicos, turmas de socorro, víveres e medicamentos. A corveta Pura do 5º Distrito Naval, sediado em Natal, transportou carregamento de gêneros destinados aos flagelados de Macau e Areia Branca. Digno de elogio foi o trabalho da PAB, que da Base Aérea de Parnamirim, em Natal, atendeu o Ceará e o Rio Grande do Norte. Este Estado, também de poucos recursos, necessita de ajuda federal para recompor suas estradas e auxiliar a sua população a reconstruir casas, açudes e cercas. As encomendas do Estado foram gastas nos serviços assistenciais informaram-nos, bem como na distribuição de sementes. O nome Senador Dix-Buit Rosado, que visitou as zonas inundadas do seu Estado, nos

forneceu esclarecimentos sobre o que ali observou. De Natal, prosseguimos viagem para João Pessoa, onde chegamos às 14 horas, de 6 de abril.

Estado da Paraíba.

Chegados a João Pessoa, na tarde de 6 de abril, dirigimo-nos ao Palácio da Redenção, onde deveríamos comparecer com o Governador José Fernandes de Lima. Este, porém, havia seguido também para Recife, a fim de comparecer à reunião da Sudene.

No Palácio do Governo fomos gentilmente recebidos pelo Secretariado do Estado, tendo à frente o Dr. Fernando Milanez, Secretário da Justiça; o Dr. Botto de Menezes, Secretário da Educação; o Tte. Cel. Cesarino da Nobrega, Chefe do Gabinete Militar do Governador; do Eng.<sup>o</sup> José Avila Lima, Diretor do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, e outras autoridades. Destas pessoas recebemos algumas informações sobre as enchentes ocorridas na Paraíba e sobre as providências tomadas. O Governo Estadual havia se movimentado, no sentido de prestar socorro às vítimas, mas sua ação foi limitada pela falta de recursos. Esclareceram que as zonas mais castigadas e que sofreram maiores prejuízos foram a denominada Brejo Paraibano e a zona da Várzea do rio Paraíba do Norte. Os prejuízos foram na agricultura e nas estradas de rodagem, além do desabamento de casas e arruamento de açudes particulares. Só na zona do Brejo, houve cerca de 50 açudes danificados e no sertão mais ou menos 100. Até aquela data, ainda não havia chegado qualquer auxílio em dinheiro ou mesmo víveres e medicamentos do Governo Federal.

As populações do interior do Estado estavam sendo socorridas eficientemente pelo Grupamento de Engenharia do Nordeste, o qual poderia nos prestar esclarecimentos mais completos. Do Palácio da Redenção, fomos à sede daquela Unidade do Exército. O Cel. Afonso de Albuquerque, Comandante, havia viajado para participar da reunião da Sudene. Fomos recebidos pelo Tte. Cel. Samuel Correia, Subcomandante, que nos prestou informações, não só quanto à Paraíba, como também quanto ao Rio Grande do Norte, que foram os Estados que ficaram sob a jurisdição do Grupamento de Engenharia. Inicialmente, a parte leste do vale do Jaguaribe havia sido incluída na sua jurisdição, mas depois passou a ser atendida pela 10ª Região Militar. Quanto ao Rio Grande do Norte, as suas afirmações foram as mesmas das que ali havíamos colhido. Com relação à Paraíba, declarou que todas as medidas têm sido tomadas em comum acordo com o Governo do Estado, com o qual mantém constante ligação. Acha que, de um modo geral, a Paraíba beneficiou-se com as abundantes chuvas. Entretanto, há necessidade de assistência a uma parte da população que ficou desabrigada e que teve as suas culturas e açudes danificados. Os maiores prejuízos foram nas estradas de rodagem que ficaram intransitáveis, deixando diversas cidades e vilas isoladas. Na vila de Cruz do Espírito Santo, para onde enviou víveres e medicamentos, ficaram danificadas cerca de 300 casas; a cidade de Princesa ficou sem comunicação por terra, com acesso apenas por Pernambuco. Ali, houve também estragos na lavoura e falta de víveres. Na cidade de Cabaceiras, não houve propriamente inundação; a área atingida foi a do próprio sangradouro do açude. Antes o DNOCS havia avisado da possibilidade de vir esse açude a sanear, mas diversas pessoas persistiram em ali ficar. Declarou o Tte. Cel. Correia que as indenizações das terras ocupadas pelo açude ainda não haviam sido pagas e que os proprietários desejavam ficar em terrenos mais altos. Em Pilar, houve avaria em vista do risco do rompimento

do açude Boqueirão, no rio Paraíba, mas nada ocorreu. O açude Curimatã, no rio de igual nome, sangrou pela 1ª vez, mas não houve inundação. A estrada de rodagem para Barra de Santa Rosa e Piauí estava interrompida, mas já se trabalhava para o restabelecimento do tráfego. De Itaporanga e outras localidades chegaram notícias de trombas d'água ali caídas, mas o Tte. Cel. Correia não possuía maiores detalhes.

O Grupamento ainda estava recebendo informações do interior, e sempre que recebia uma comunicação a respeito de danos, entrava logo em entendimentos com o Governo do Estado para caracterizá-los e tomar as providências necessárias.

Por fim, o Subcomandante do Grupamento do Nordeste nos declarou que estava fazendo o levantamento dos danos e seguindo à risca as instruções do Ministro da Justiça, e que dentro de mais alguns dias estará tudo normalizado, com a volta dos deslocados às suas terras e propriedades.

Fomos informados também de que a Capitania dos Portos da Paraíba, órgão do Ministério da Marinha, atendeu com embarcações as populações ribeirinhas do Baixo Paraíba. O Ministério da Marinha também enviou vacinas para o Governo paraibano.

De João Pessoa, prosseguimos viagem para Recife, onde chegamos às 20 horas, do dia 6 de abril.

Estado de Pernambuco

No dia 7 de abril, pela manhã, estivemos no Palácio das Princesas, onde fomos recebidos pelo Governador Cid Sampaio. S. Ex.<sup>a</sup> nos forneceu uma série de informações que foram devidamente anotadas. Calcula que cerca de 500 açudes públicos e particulares foram danificados. O açude de Serrieta, no rio Terra Nova, destruiu a metade de localidade de Terra Nova, situada a jusante. Na vila de Manacá, no município de Ouricuri, no extremo oeste do Estado e limites do Piauí, ficaram incólunes apenas 3 casas. Em uma vila próxima de Tabira, no norte do Estado, situada nas margens do rio Pajeú, morreram diversas pessoas, devido à violência e rapidez da enchente. Da zona do litoral, disse, continuando, o Governador, a cidade que mais sofreu foi Recife, onde ruíram cerca de 400 mocosmos, havendo mais ou menos 1.500 pessoas deslocadas. Na zona do agreste, foram atingidos os municípios e as cidades de Sanhã, e Tacaimbó. No sertão, em uma região das mais secas do Brasil, foram bem castigadas as cidades e municípios de Floresta, Serra Talhada, Parnamirim, Terra Nova, Ouricuri, Flores, Afogados da Ingazeira, Serrieta, Belmonte e Carnaíba. Na margem pernambucana do São Francisco, a cidade mais sacrificada foi Petrolândia, e, em menor escala, Caripos, Cabibó, Belém e Petrolândia. Houve destruição de cultura de vazes, especialmente da de cebolas. Houve também considerável dano nas estradas de rodagem. Informou ainda o Governador que, até aquela data, o Estado de Pernambuco nenhuma ajuda havia recebido do Governo Federal, para atender aos flagelados. O Governo Estadual havia adquirido xarque, arroz, feijão e farinha, gêneros esses que eram enviados para o interior, ou distribuídos entre os flagelados da Capital. Para fazer frente às despesas, havia aberto um crédito especial de Cr\$ 25.000.000. Em Recife, contanto com a eficiente colaboração do Exército, o Estado adquire os gêneros e a 7ª Região Militar prepara as refeições e as distribui pelos postos de socorro, espalhados pelos bairros. Calcula o Governador que já foram gastos Cr\$ 20.000.000 só com os serviços assistenciais. A Embaixada Norte-Americana emprestou um avião C-47, o qual estava ajudando o transporte de socorros para o interior do Estado.

queixou-se de que o DNER, possuindo verbas suficientes, ainda não havia autorizado a recuperação das estradas, o que julgava medida urgente. Julgava ser grave o problema da falta de sementes para o replante, pois as sementes de que dispunham os lavradores haviam sido plantadas e se perderam com as enchentes; não possuíam meios de comprá-las novamente. Sobre a reunião da Sudene, realizada em Recife naqueles dias, esclareceu o Governador que ficou assentado não serem da alçada daquela entidade as providências ligadas aos problemas de assistência às vítimas das enchentes. Gentilmente, o governador Cid Sampaio pôz à nossa disposição um pequeno avião da Secretaria da Agricultura, para nos levar ao interior do Estado e a Alagoas.

Depois da conferência com o governador, procuramos o general Peppe de Figueiredo, Comandante da Região Militar, em seu Quartel General. Declarou-nos o General Peppe que a sua ação tem se limitado mais a Recife; somente a partir do dia 5 de abril, foi que começou a exercer a sua ação no interior do Estado, autorizado que foi para tal pelo Ministro da Justiça. Em Recife, desde o dia 17 de março, que vem atendendo aos flagelados das enchentes daquela Capital. Esclareceu que, com a cheia do rio Capibaribe, foram inundados e destruídos muitos mocambos e casas pobres, deixando ao desabrigo cerca de 1.500 pessoas. Em entendimento com o governador do Estado, localizou grande parte dos desabrigados nos pavilhões do Parque de Exposições de Cordeiro, nas vizinhanças de Recife, o qual visitamos em sua amável companhia. Naquela dia, ainda estavam ali abrigados e assistidos 600 pessoas; porém o número já estava diminuindo bastante. Toda essa gente recebe refeições preparadas pelo Exército, bem como agasalhos e remédios. Foi precedida a vacinação em massa contra a varíola, tifo, tétano e difteria. Nesses trabalhos de assistência, a Região Militar tem sido muito ajudada pelas Pioneiras Sociais. A Liga Social Contra o Mocambo e a Prefeitura de Recife estão construindo novas casas, para substituir os casebres, em locais mais adequados. Para isso, são empregados os próprios flagelados, mediante o pagamento de salários e refeições. Julga o General Peppe que, dentro de 10 dias, terminará a sua ação assistencial, em Recife. Em cumprimento à nova missão que lhe foi confiada, há poucos dias passados, pelo Ministro Falcão, mandou oito oficiais da Região, ao interior, para observarem o que ali estava ocorrendo, porque as informações eram desencontradas. Pelo que pudera já apurar, cinco foram as áreas mais atingidas no sertão pernambucano, o oeste de Arcoverde: vales dos rios Moxotó, Alto e Baixo Peju, Brígida e São Francisco. Petrolina ainda estava com as comunicações terrestres cortadas; em Corripós, a situação era delicada por ter havido grande perda da lavoura, principalmente da cebola, que é feita na margem do rio. As estradas da região foram bem danificadas. Em Salgueiro, Serra Talhada e outros municípios também houve prejuízos na lavoura. Em Serra Talhada havia 500 pessoas assistidas pelo Estado.

O Ministro da Guerra havia lhe telefonado no dia 7 de abril, data da nossa visita, avisando que ia enviá-lo Cr\$ 10.000.000; aguardava a chegada desse numerário, para poder atacar com mais vigor os trabalhos de assistência, bem como repor a parte que já havia desfalcado das disponibilidades do seu G. G. A Liga Brasileira de Rádio-Amadores (LABRE), desempenhou saliente papel na transmissão de notícias e de avisos, merecendo desta forma os maiores elogios.

#### Estado de Alagoas

De Recife, do pequeno aeroporto de Encarnação Moca, partimos para Paulo Afonso, às 7 horas da manhã, do dia

8 de abril, no pequeno avião da Secretaria da Agricultura de Pernambuco. Na viagem, sobrevoamos parte do vale do Ipanema, uma das áreas mais atingidas de Alagoas; esse rio já havia voltado ao seu leito normal, mas viam-se bem as marcas da enchente, numa faixa bem larga. Fomos informados de que a cidade de Santana do Ipanema teve as suas ruas alagadas, bem como destruídas numerosas casas e sacrificada parte da lavoura.

Em Paulo Afonso, que nada sofreu, os engenheiros que nos acompanhavam e que são profundos conhecedores do regime do rio São Francisco, nos deram preciosas informações sobre o fabuloso volume d'água ali escoado. Disseram que a descarga daquele grande rio, nas baixas águas, é de cerca de 100 metros cúbicos por segundo; mas grandes cheias, porém não excepcionais, essa descarga sobe a 10.000 metros cúbicos por segundo. Nesta última cheia, a descarga atingiu, durante 4 a 5 dias, o valor de 17.000 m<sup>3</sup> por segundo, ou seja quase 25 vezes mais a descarga normal. Foram abertas todas as comportas, em número de 16 e, mesmo assim, a água ultrapassou o vertedouro numa lâmina de 90 centímetros de altura. A junção, no "Canyon" a água elevou-se a 20 metros acima do nível da esagem, sendo prejudicado o funcionamento das turbinas, pelo represamento da água, uma vez que foi diminuída a queda útil. Aproveitamos a oportunidade, e visitamos as obras de ampliação da grande usina hidroelétrica, onde já estão sendo montadas as três novas e possantes unidades.

Voltamos a voar no mesmo pequeno avião, com destino a Maceió. Encontrei as pastagens e plantações do interior de Alagoas verdejantes, numa prova de que as chuvas foram particularmente abundantes em uma região bem castigada pelas secas. A viagem de Paulo Afonso a Maceió não foi feita sem preocupações; o tempo estava chuvoso e as serras encoberdas. Foi com dificuldade que o pequeno avião, desprovido de rádio, mas em mãos de hábil piloto, conseguiu chegar ao nosso destino.

Chegada a Maceió, desceramos em um pequeno campo de pouso próximo da cidade; aí, o Coronel Henrique Oest, Secretário do Interior e Segurança, nos recebeu em nome do Governador do Estado. Conduzidos ao Palácio dos Martírios, sede do Governo, estávamos em conferência com o Governador Muniz Falcão, o qual nos prestou uma série de esclarecimentos, apresentando-nos com uma coleção de fotografias do vale do Ipanema e do Baixo São Francisco.

Disse-nos S. Exa. que as cidades e localidades mais sacrificadas foram as das margens dos rios Ipanema, Coruripe, Mundau e São Francisco; neste último, então, a situação foi de verdadeira calamidade pública, em ambas as margens; na alagoana e na sergipana. Contou que em Mata Grande, há 15 dias passados, a cidade era atingida com água transportada em caminhões, como se costuma fazer nas secas, e que agora havia sofrido pesados aguaceiros.

O Estado fez uma mobilização geral, dentro das suas possibilidades. Abriu um crédito de Cr\$ 5.000.000, que comissões especialmente designadas aplicaram um serviço de socorro às localidades inundadas, inclusive dando auxílios para a reconstrução de casas. Para cada município atingido designou um oficial da Polícia alagoana que ia sempre acompanhado de um médico e de 3 ou 4 enfermeiros e que levava, de preferência, medicamentos. As Patrulhas de Saúde atuaram com eficiência, aplicando vacinas e outros remédios que lhe haviam sido enviados pelo Ministro Mário Pinotti. As três equipes de médicos que enviou para o interior e que atuaram nas áreas do Pão de Açúcar, Colégio e Penedo, no rio São Francisco, haviam vacinado contra tifo e varíola mais de

10.000 pessoas. O 20º MC, sediado em Maceió, prestou sua colaboração, pondo à disposição do Estado 600 barracas de campanha, com as quais abrigou parte dos deslocados da margem alagoana, localizando-se na margem sergipana no lugarejo denominado Pombas. A Comissão do Vale do São Francisco, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e a Marinha puseram veículos à sua disposição para o transporte de víveres, agasalhos e remédios, que havia conseguido através de campanhas levadas a efeito em Maceió e outras cidades. Expendo fotografias de Santana do Ipanema, Pão de Açúcar, Traipu, São Brás, Porto Real de Colégio, Igreja Nova, Penedo e Piaçabuçu, mostrava o Governador Muniz Falcão as ruas alagadas e casas arruinadas. Calculava em mais de 2.000 o número de famílias desabrigadas no Baixo São Francisco, na margem alagoana. Houve grandes danos nas estradas de rodagem. A torre metálica da Companhia Hidroelétrica de São Francisco, de travessia da linha de alta tensão em Penedo, localizada na ilha fluvial de São Pedro, desabou, deixando sem energia elétrica aquela região, com graves prejuízos para as indústrias ali existentes.

Quando passamos em Alagoas, a situação tendia a normalizar-se; mas, mesmo assim, ainda havia grande número de famílias deslocadas. Até aquela data, nenhum auxílio federal havia chegado, a não ser medicamentos enviados pelo Ministério da Saúde. Por falta de recursos próprios, o Estado de Alagoas precisa de uma ajuda para o amparo das populações sacrificadas. Há também necessidade de sementes, como nos outros Estados. Ainda no mesmo avião, seguimos para Aracaju.

#### ESTADO DE SERGIPE

Na viagem de Maceió para Aracaju, sobrevoamos demoradamente um trecho do vale do Baixo São Francisco, que se apresentava alagado em ampla área; um verdadeiro mar de água doce. A cidade sergipana de Brejo Grande, ainda estava quase toda inundada, com a água em muitas ruas na altura do peitoril das janelas e com sinais de nível mais alto. Vimos muitas pessoas abrigadas em barracas e ranchos levantados ao lado da pequena igreja local, situada em um ponto mais elevado.

Chegado ao aeroporto de Santa Maria, em Aracaju, fomos recebidos pelo representante do Governador Luís Garcia, o qual nos conduziu ao Palácio Olímpio Campos, sede do Governo do Estado.

O Governador descreveu o quadro do Baixo São Francisco e disse das providências que já havia tomado. Mostrou e nos fez presente de várias fotografias das zonas alagadas. Estávamos também com o Cel. Bragança, Comandante do 28 B.C., que nos informou não ter recebido ainda qualquer autorização para prestar sua assistência, mas que estava colaborando com o Governo do Estado.

Pelas informações do Governador Luís Garcia, os maiores danos se verificaram nas margens do Baixo São Francisco, desde Curitiba até a foz, sendo que o maior alagamento se deu nas áreas ribeirinhas mais próximas da foz do grande rio, por serem as terras mais baixas e mais planas. Aí, o escoamento das águas e a circulação pela influência das marés, que se propagam rio acima. Por duas vezes, subiram as águas do São Francisco. A primeira delas, em 13 de março, quando atingiram, em Proprie, a altura de 7,25 metros, sobre as águas mínimas, e a segunda, uns 15 dias depois, atingiram naquela mesma cidade a altura de 7,65 metros. A cidade de Brejo Grande, a qual havíamos sobrevoado, e que está situada a poucos quilômetros da foz, teve danificadas severamente cerca

de 400 casas, desabrigando todas as famílias que nelas residiam. As casas de alvenaria resistiram melhor; porém, as de taipa, bem mais numerosas por serem de pessoas pobres, ficaram quase totalmente destruídas. O Governo Municipal havia lançado mão de uma disponibilidade de Cr\$ 250.000 que possuía, empregando-os em gêneros e transporte para os flagelados. A cidade de Ilha das Flores sofreu inundação total, a qual atingiu todas as ruas, subindo a água, em certos pontos, a uma altura do telhado das casas. A população refugiou-se em massa da pequena cidade. O abastecimento estava sendo feito por canoas, visto as estradas, nos trechos mais próximos do rio, estarem alagadas. Também foram atingidas as cidades de Geladão, Ruy Barbosa e numerosas localidades ribeirinhas. Calcula o Governador de Sergipe que estão deslocadas cerca de 4.000 pessoas na margem sergipana do São Francisco. Naquele trecho do rio, há diversas ilhas, onde se cultivava mandioca, feijão, milho, arroz, etc. Como essas ilhas são baixas, houve avultados prejuízos nas lavouras e cercas. As sementes de arroz ficaram prejudicadas porque a enchente foi demorada. Em algumas dessas ilhas, caiu-se também gado; a remada desse gado, em algumas, foi operação difícil. Mesmo assim, segundo nos informaram, não houve perda de rebanho. Durante de uma fazenda, disseram, foram retiradas 600 cabeças de gado, em algumas, aos poucos. As chuvas foram bem abundantes em todo o Estado, pelo que ficaram danificadas as estradas de rodagem.

O SESP e o DNER, em colaboração com a Secretaria de Saúde do Estado, vacinaram contra tifo e varíola quase toda a população da zona flagelada. Houve numerosos casos de gripe e alguns de malária. O Ministério da Saúde havia enviado pela FAB, apreciável quantidade de medicamentos e alguns gêneros, estes, porém, em quantidade reduzida, e também 300 cobertores. A União Sergipana de Assistência (USA) organizou comissões de socorro, angariando em Aracaju numerosos doativos de agasalhos e de gêneros, principalmente.

O Governo Estadual estava com uma despesa semanal de Cr\$ 1.000.000,00, em serviços de assistência e mostrava-se muito preocupado, porque dependia da ajuda federal e o Estado não se encontrava em condições de suportar a despesa por mais tempo. Por esta razão, e reconhecendo a necessidade de uma providência nossa, a Comissão do Senado resolveu endereçar ao Ministro Falcão, o seguinte telegrama: "Desempenho missão nos foi confiada Senado Federal, visitamos hoje Estado Alagoas e Sergipe, tendo observado região Baixa São Francisco e constatado ainda persiste inundação localidades ribeirinhas, continuando numerosas famílias desabrigadas. Como até presente momento nenhum auxílio Governo Federal foi enviado referida região, solicitamos eminente amigo todo seu interesse sentido minorar situação habitantes atingidos calamidade". Estava sendo procedido um levantamento geral dos danos. Ao deixarmos Aracaju, com destino a Salvador, fomos informados de que a CHESF havia levantado em Penedo uma torre provisória de madeira, para a linha de alta tensão, em substituição à que havia caído. Soubemos, também, que o Cel. Afonso de Albuquerque, Comandante do Grupamento de Engenharia do Nordeste, já havia comunicado ao Governador que ia estender a Sergipe a ajuda federal.

No dia seguinte partimos de Aracaju para Salvador, tendo chegado ao aeroporto de Ipitanga às 10 horas da manhã, do dia 9 de abril.

## ESTADO DA BAHIA

Recebidos pelo representante do Governador do Estado, fomos conduzidos ao Palácio da Assembleia, onde encontramos com o Governador Juracy Magalhães e com o Dr. Vieira de Melo, Secretário da Visão e Obras Públicas do Estado. As informações que recolhemos indicaram que as zonas mais atingidas da Bahia foram as localidades ribeirinhas do rio São Francisco, especialmente Jericoá, e as do Recôncavo Baiano, incluindo as nascentes dos rios Paranaíba, Jequiaípe e Jequiaí. Nas zonas ribeirinhas, como sejam as das estações de Jequiaí e Jequiaí, houve danos, porém menores. Jura o Governador Juracy Magalhães que, de um modo geral, os danos sofridos pela Bahia são maiores do que os dos outros Estados, porque foram numerosos e ocorreram em área muito ampla. Não nos podia informar com segurança, citou por causa, porque estava procedendo a um levantamento completo e cuidadoso dos prejuízos causados pelas inundações em todo o Estado. Entretanto, sabia existir lugares em que a destruição de casas foi muito grande, e que havia municípios ainda isolados, por terem sido cortados as estradas. Esse levantamento está sendo feito pela Secretaria da Visão e Obras Públicas, a qual mandou para cada região atingir um censo de danos, e para fazer meticuloso trabalho, em cooperação com comissões locais, especialmente designadas, e das quais fazem parte pessoas da responsabilidade inclusive representantes das diversas comissões políticas. Esse relatório do Governo da Bahia está enviado ao Sr. Presidente da República e uma cópia viaja às nossas mãos. Infelizmente, até este data não a recebemos. Com relação às enchentes ocorridas no Recôncavo e vizinhanças, informou que foram particularmente afetadas as cidades de Cachoeira e São Félix, margens do rio Paranaíba, onde a água atingiu a altura dos sobrados, provocando enorme prejuízo. A região de Amargosa, no vale do rio Jequiaí, foi muito atingida, havendo destruição de pontes e grandes estradas no leito da estrada do Ferro de Nazaré e nas estradas de rodagem incluídas na RR-5. Devido a isso, o tráfego ficou interrompido por vários dias. Segundo nos informou o nobre Senador Lima Teixeira, Senador Amaro também sofreu com a enchente do rio São Francisco. O Governo do Estado desmobilizou grande atividade no setor assistencial tendo solicitado para isso um crédito de Cr\$ 200.000,00 à Assembleia Legislativa. A Assembleia concordou com a ajuda de Cr\$ 100.000,00, bem como atendeu às solicitações que estão dentro da sua zona de ação. Ações da FAB ajudaram a distribuir alimentos e medicamentos doados pelo Estado. Na Bahia, o Comandante da 8ª Região Militar não havia recebido até aquela data, nenhuma incumbência por parte do Ministério da Justiça, para atender as vítimas das enchentes. Ainda havia comitê no interior do Estado da Bahia, quando por ali passamos. Por fim, informou o Secretário da Visão que estimava em Cr\$ 400.000,00 os prejuízos sofridos pelas entidades públicas e por particulares, na Bahia.

Concluído o trabalho de transmissão, regressamos ao Rio de Janeiro e já na sessão do Senado Federal do dia 13 de abril, a nonatima que ali se realizou, apresentamos um relatório sucinto, dando conhecimento à Casa da primeira passagem do que vimos. Como realizamos as últimas sessões, antes da mudança para Brasília, tivemos receio de não haver tempo para apresentar, na oportunidade, no relatório por menorizado como o fazemos agora. Por isto, foi uma pequena ocasião ficamos apenas um ligeiro relato aos

Srs. Senadores, relato que agora fica concluído.

O ilustre Senador Gaspar Veloso, na qualidade de Presidente da Comissão, agradeceu por telegrama a todos os Governadores dos Estados visitados a cordial acolhida que nos proporcionaram. Idêntico agradecimento foi endereçado às demais autoridades das quais obtivemos valiosas informações.

Da minha parte, agradeço a preciosa colaboração dos ilustres Senadores meus companheiros da Comissão. A quem se deve o êxito da missão que nos foi confiada.

É possível que, em certos casos, tenhamos subestimado fatos e, em outros, superestimado. Poco, entretanto, a benevolência do Senado; releve-me estas faltas e outras que, involuntariamente, tenham ocorrido.

O Sr. Gaspar Veloso — Permite V. Ex. um aparte?

O Sr. JORGE MAYNARD — Com todo prazer.

O Sr. Gaspar Veloso — A Comissão escolheu V. Ex. Relator dos nossos trabalhos por reconhecer-lhe a capacidade, cultura, inteligência e, sobretudo, conhecimento profundo do assunto a ser estudado. A V. Ex. cabe, pois indiscutivelmente, o grande mérito do trabalho.

O Sr. JORGE MAYNARD — Agradeço as bondosas palavras de V. Ex. Insisto, entretanto, em dizer que, não fosse a colaboração de todos, não me teria sido possível apresentar este relatório da maneira como está elaborado.

Sr. Presidente, possuo, ainda, uma quantidade apreciável de fotografias que nos foram fornecidas nos Estados do Piauí, Alagoas e Sergipe, mais as que, posteriormente, neste Piauí, gentilmente nos cedeu o nobre Senador Mendonça Clark.

Pediria a V. Ex. pois, também as recebesse e, se possível, determinasse à Secretaria a organização de um álbum, de modo a que ficasse, nesta Casa, documentação completa da terrível catástrofe que atingiu a quase todos os Estados Nordestinos.

O Sr. Mendonça Clark — Dá V. Ex. licença para um aparte?

O Sr. JORGE MAYNARD — Pois não!

O Sr. Mendonça Clark — Nobre Senador Jorge Maynard, como representante do Piauí, acentuo a V. Ex. os sentimentos de profunda gratidão do povo da minha terra. Relator da Comissão dos Senadores que visitou a zona flagelada pelas enchentes, como homem responsável que é, V. Ex. excedeu em muito nossa expectativa. O trabalho de V. Ex. minucioso, conciso, é absolutamente verídico. Todos nós somos reconhecidos pelo devotamento de V. Ex. a esse trabalho, realizado na defesa dos interesses dos nordestinos. Reitero, por isso, a profunda gratidão e os maiores respeito do povo piauiense à dedicação de V. Ex. e dos demais membros da Comissão.

O Sr. JORGE MAYNARD — Agradeço, sensibilizado, as palavras do nobre Senador Mendonça Clark, esclarecendo que se há algum agradecimento por parte do povo do Piauí, deve ser dirigido ao Senado da República. (Muito bem; muito bem.)

Durante o discurso do Sr. Jorge Maynard, o Sr. Gilberto Marinho deixa a Presidência, assumindo-a o Sr. Heribaldo Vieira.

O Sr. PRESIDENTE:

— Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho, terceiro orador inscrito.

O Sr. SENADOR GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O Sr. PRESIDENTE:

— Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Gaspar Veloso, quinto orador inscrito.

## O SR. LIMA TEIXEIRA:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, tive ensio hoje de fazer uma visita ao Palácio dos Despachos. Quando me encontrava em uma das salas, fui procurado por inúmeros jornalistas que me formularam uma queixa para ser transmitida à NOVACAP. Procurarei, agora, desincumbir-me dessa missão.

Informaram-me ées que estão impossibilitados de instalar as sucursais dos seus jornais nesta Capital, porque os prédios que lhe haviam sido prometidos pela NOVACAP não foram entregues. Daí a impossibilidade de fazerem divulgação adequada do que se passa nesta cidade.

Disseram-me, também, que, sendo cerca de cem jornalistas apenas trinta por cento deles tem apartamento; os demais passam por sérias dificuldades e vicissitudes.

Temos notado realmente, que o noticiário da Imprensa em Brasília é precário. Acredito que os jornalistas, quando fazem essa queixa, têm razão e, maior ainda, nos parlamentares, pois interessa-nos que os trabalhos do Congresso sejam divulgados por todo o país.

Esse o primeiro apelo que dirijo à NOVACAP.

O segundo, refere-se ao abastecimento desta cidade. Ao visitar o Supermercado construído pela NOVACAP, em palestra com um dos dirigentes, tive conhecimento de que o montante das vendas sobre, diariamente, a mais de um milhão de cruzeiros. É que todos afluem para o Supermercado, não só porque os preços são mais em conta, e como porque há variedade de gêneros alimentícios. A tarde, porém, segundo observação do encarregado, a partir de duas horas, quase nada mais se encontra. A quantidade de pessoas que para ali afluem é tal que o estoque diário se esgota.

Disse-me aquele funcionário coisa muito interessante: não está havendo interesse, por parte da iniciativa particular, na instalação de armazéns, porque o Supermercado é uma espécie de regulador de preços, e o particular não se conforma com a tabela baixa ali estabelecida.

Seria interessante, então, que a NOVACAP montasse novos Supermercados. Cada dia cresce o número de pessoas que se mudam para a nova Capital, não apenas funcionários, mas também os que desejam instalar negócios aqui. Maior, portanto, se tornará a dificuldade dos que precisam adquirir os produtos de primeira necessidade no Supermercado.

Faço esse apelo à NOVACAP, para que a situação não se agrave tornando o custo de vida mais alto.

Seria de bom aviso que os dirigentes dessa entidade instalassem outros estabelecimentos iguais àquele. Facilitaria grandemente a vida de toda a população da nova Capital. Estou certo de que a NOVACAP atenderá a sugestão, especialmente nesta fase da mudança, para evitar as dificuldades que surgem e sofrimentos que, às vezes, atingem a nós parlamentares. Imaginemos o que estará ocorrendo com pequenos funcionários, deslocados e ainda desambientados; para esses as dificuldades são muito maiores.

Aqui deixo, portanto, o duplo apelo — em favor dos jornalistas, para a instalação das sucursais de seus jornais e das duas residências, — e do melhor abastecimento da capital, assunto que reputo da maior importância. (Muito bem.)

Durante o discurso do Sr. Lima Teixeira, o Sr. Heribaldo Vieira deixa a Presidência, assumindo-a o Sr. Gilberto Marinho.

O Sr. PRESIDENTE:

— Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Gaspar Veloso, quinto orador inscrito.

## O SR. GÁSPAR VELLOSO:

(Não foi revisado pelo orador) —

Sr. Presidente, Senhores Senadores, jornais chegados há poucos instantes a esta Capital, trazem, para nós brasileiros, colorosa notícia.

Exatamente no dia em que se celebrava a grande festa nacional da República irmã do Chile, aniversário da batalha de Iquique, travada a 29 de maio de 1891, na guerra do Pacífico, contra o Peru, sobreveio um grande terremoto naquelas plagas, enlutando um povo honesto, laborioso e amigo dos brasileiros.

Diz a notícia:

Terremotos continuaram abalando ontem o Sul do Chile, provocando novos maremotos e a erupção de vulcões. Calcula-se extra-oficialmente que o número de mortos atinja a três mil. De 10 em 10 minutos verificam-se abalos sísmicos, e a cada três horas novas investidas do mar.

As colinas de Ancud, na Ilha de Chiloe, estão deslizando para o mar, pela ação simultânea dos terremotos e maremotos. A ilha está praticamente destruída. A vila de Tolten está submersa, e não se sabe a sorte de seus dois mil habitantes, surpreendidos pelo mar enquanto dormiam. As ondas em Tolten avançaram três quilômetros.

Em outro povoado, o Pórtico de Queule, 500 dos 800 habitantes estão desaparecidos e provavelmente morreram afogados. Noventa por cento das casas de Yuncay, na Província de Nuble, foram destruídas. O Governo calcula que, de três milhões de habitantes de 11 províncias do sul, 65 por cento estejam desabrigados.

Sets vulcões conhecidos entraram em erupção e um surto contínuo, na Província de Cautin, lançando chamas e fumaça. A informação é do Ministério do Interior, que não deu mais detalhes. Os sobreviventes de Cautin, que também foi vítima de maremotos, procuram asilo nas colinas, onde somente os helicópteros têm acesso. O vulcão ativo Provehue entrou em erupção e seus cinzas chegam até Bariloche, Argentina. (P. 2)

Esta, Sr. Presidente, a triste notícia que nos chega, através de telegramas oriundos do nobre irmão do Pacífico. Nós, principalmente os Senhores Senadores que, como eu, já passaram da casa dos cinquenta anos, temos vivos na memória os estudos de história feitos no menine e a admiração que nutrimos pelo Chile como país amigo do Brasil.

Efetivamente, Sr. Presidente, amizade chilena antecede ao pan-americanismo: ela se firmou muito antes da nossa independência; já existia no Brasil-colônia. Posteriormente, com o advento da doutrina de Monroe, mais e mais se cimentaram os laços que nos uniam àquele nobre País.

É bem de ver que, em qualquer grupo que se forme, seja este de indivíduos, de povos ou de nações, alguns destes grupos, mais afins, aproximam-se intensamente, convergindo nos hitos coletivos quase como uma unidade espiritual. É o caso do Brasil e do Chile. No período em que o pan-americanismo vigorava, no decorrer da aliança conhecida como ABC — Argentina, Brasil, Chile — não se fomentou o laço de amizade que nos unia ao novo irmão.

Dele é extremamente agora, quando o Brasil, através dos homens públicos que nos dirigem e representam, principalmente, pelo idealismo imenso do Sr. Presidente Juscelino Kubitschek, o trabalho de aproximação pan-americana cujo escopo, não é senão tornar

América Latina um todo indivisível, no seu ideal de fraternidade, de cooperação, de mútua compreensão e de pacificação; exatamente nesta hora, em que o Brasil volta os olhos para os países americanos no sentido de os unir num bloco ideológico único, a notícia que nos chega assim de surpresa fere não apenas aos cidadãos daquele país tão querido, mas também, e muito, a nós brasileiros, seus irmãos do Atlântico.

O Sr. Francisco Gallotti — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. GASPAR VELLOSO — Com prazer recebo o aparte de Vossa Excelência.

O Sr. Francisco Gallotti — Vossa Excelência está falando sobre a hora de tristeza por que passa o nobre povo chileno. Tenho o Presidente daquela Nação amiga, Dr. Gonzales Videla, me agradado, com muita honra para mim, com a medalha da Ordem do Mérito Bernardo O' Higgins, guero neste instante, com o mesmo sentimento de solidariedade que deve existir entre todos os povos, especialmente entre o Brasil e o Chile, associar-me às palavras que V. Exa. está proferindo, levando ao Presidente do Chile e ao seu nobre povo, bem como ao seu Embaixador no Brasil, o meu profundo pesar pela desgraça que desaba sobre ele.

O SR. GASPAR VELLOSO — Agradeço o aparte de V. Exa., que exprime não só o seu sentimento pessoal, como também o de todo o Senado da República, neste momento.

Sr. Presidente, ferida uma parte do todo, que é a América, estamos nós também feridos. Que não falte, porém, ao grupo que menos sofreu o sentimento de solidariedade daqueles que, do lado de lá, muito estão sofrendo. Que essa solidariedade se traduza nas palavras de carinho desta Casa ao povo chileno.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. GASPAR VELLOSO — Com muito prazer.

O Sr. Lima Teixeira — Na qualidade de trabalhista e de membro da Bancada do P.T.B. nesta Casa, quero associar-me a V. Exa. na solidariedade pelo sofrimento do povo chileno. É, realmente, impressionante a descrição que o nobre colega acaba de ler, dos últimos tremores de terra naquele País. Esse sentimento de solidariedade é tanto mais forte quando parte do Senado da República do Brasil, o mais se justifica pelos laços de amizade que unem o nosso País ao Chile. É, pois, oportuna a manifestação de V. Exa. que conta, inegavelmente, com o apoio de todos nós.

O SR. GASPAR VELLOSO — Agradeço o aparte do nobre representante trabalhista e Vice-Líder, da Maioria nesta Casa.

Sr. Presidente solicito à Mesa de ciência ao Sr. Presidente do Senado e aos Srs. Senadores da República irmã, da nossa solidariedade ante o sofrimento e a desgraça que caíram sobre o nobre povo chileno: e, ao mesmo tempo, que se telegrafe ao Exmo. Sr. Embaixador do Chile junto ao Governo brasileiro, comunicando-lhe os sentimentos de pesar desta Casa nesta hora amarga para seu País (Muito bem; muito bem.)

#### O SR. PRESIDENTE:

— A Mesa associa-se à manifestação de pesar do nobre Senador Gaspar Velloso, apoiada pelo Senado, ante a desgraça que acaba de atingir a grande República chilena, e fará chegar ao Senado da nobre Nação andina, bem como ao seu Embaixador junto ao nosso Governo, a solidariedade do Senado da República do Brasil.

Sobre a Mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

*É lido e, sem debate, aprovado o seguinte*

#### REQUERIMENTO Nº 332, DE 1960

Com fundamento no art. 212, letra g, do Regimento Interno, e na tradição do Senado, e em homenagem aos sentimentos religiosos do povo brasileiro, requereu que amanhã, dia consagrado às comemorações litúrgicas da Ascensão do Senhor, não se realize sessão, nem funcionem os órgãos auxiliares da Casa.

Sala das Sessões. 25 de maio de 1960. — Moura Andrade. — Gilberto Marinho. — Jorge Mcynard.

O Sr. Gilberto Marinho deixa a Presidência, assumindo-a o Senhor Heriberto Vieira.

#### O SR. PRESIDENTE:

— Tendo em vista a deliberação do Senado, esta Casa não se reunirá amanhã.

Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho, inscrito para esta oportunidade.

O SR. SENADOR GILBERTO MARINHO PRONUNCIÓ DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

#### O SR. PRESIDENTE:

— Está finda a hora do expediente. Passa-se à Ordem do Dia.

#### TRABALHO DAS COMISSÕES

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando para a do dia 27, sexta-feira, a seguinte

#### ORDEM DO DIA

Trabalho das Comissões. Está encerrada a sessão.

— *(Levanta-se a sessão às 16 horas e 5 minutos).*

#### ATOS DO DIRETOR GERAL

##### PUBLICAÇÃO FEITA NOS TERMOS DO ART. 321, DO REGULAMENTO DA SECRETARIA (RESOLUÇÃO Nº 6, DE 1960)

Passaram a perceber gratificação adicional, por tempo de serviço:

60%, a partir de 8-5-60 — Deusdedit de Araújo Silva.

55%, a partir de 9-5-60 — Lourival Câmara.

55%, a partir de 16-5-60 — Aderbal Távora de Albuquerque.

55%, a partir de 25-5-60 — Manoel Veríssimo Ramos.

55%, a partir de 29-5-60 — Elpidio Vianna.

40%, a partir de 18-5-60 — Romildo Gurgel.

30%, a partir de 4-5-60 — Eurico Jacy Ayler.

30%, a partir de 14-5-60 — Ivone Reis de Miranda.

20%, a partir de 31-5-60 — Jacob Setta.

Secretaria do Senado Federal, em 13 de maio de 1960. — Ninon Borges Saia — Diretora do Pessoal.

##### PUBLICAÇÃO FEITA NOS TERMOS DO ART. 321, DO REGULAMENTO DA SECRETARIA (RESOLUÇÃO Nº 6, DE 1960)

Passaram a perceber gratificação adicional, por tempo de serviço:

55%, a partir de 6-6-60 — José Campos Brício.

55%, a partir de 14-6-60 — Maria Judith Rodrigues.

55%, a partir de 17-6-60 — Djalma Pereira Madruga.

20%, a partir de 1-6-60 — Manoel Batista da Silva.

20%, a partir de 1-6-60 — Milton Farias de Souza.

20%, a partir de 7-6-60 — Manoel de Almeida.

20%, a partir de 13-6-60 — Heliantho de Siqueira Lima.

Secretaria do Senado Federal, em 13 de maio de 1960. — Ninon Borges Saia — Diretora do Pessoal.

#### ATOS DO DIRETOR GERAL

O Diretor Geral abonou as faltas dos seguintes funcionários:

Acy Fanaia de Arruda — Taquígrafo — Símbolo "PL-7", no dia 12 de abril;

Walkir Silveira de Almeida — Taquígrafo — Classe "O", no dia 12 de abril;

Donase Xavier Bezerra — Auxiliar Legislativo — Classe "M", no dia 24 de março;

Lourival Câmara — Taquígrafo-Revisor — Símbolo "PL-3", no dia 13 de abril;

César Martins — Auxiliar de Portaria — Classe "L", no dia 12 de abril;

Antonio Roque dos Santos — Auxiliar de Portaria — Classe "R", nos dias 7 e 13 de abril;

Sebastião Velga — Oficial Legislativo — Classe "O" no dia 14 de abril;

Nartha dos Santos Cesno Castro — Taquígrafa — Símbolo "PL-6", no dia 14 de abril;

Helena Collin — Oficial Arquivo e-gista — Padrão "PL-6", nos dias 23 e 27 de abril;

Paulo Weguejin Delpech — Conservador da Biblioteca — Padrão "PL-3", no dia 14 de abril;

Manoel Ribeiro de Marins — Auxiliar de Portaria — Classe "L" no dia 21 de março;

Amélia da Costa Côrtes — Oficial Legislativo — Símbolo "PL-3", nos dias 12, 25 a 29 de abril.

Secretaria do Senado Federal, em 16 de maio de 1960. — Ninon Borges Saia — Diretora do Pessoal.

#### PORTARIA Nº 67, DE 25 DE MAIO DE 1960

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Alexandre Marques de Albuquerque Mello, Auxiliar Legislativo, classe "M", para a Diretoria da Contabilidade.

Secretaria do Senado Federal, em 25 de maio de 1960. — Evandro Mendes Vianna, Diretor Geral, Substituto.

#### PORTARIA Nº 68, DE 25 DE MAIO DE 1960

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Romaldo Pacheco de Oliveira, Auxiliar Legislativo, Símbolo "PL-4", para exercer a Diretoria do Pessoal.

Secretaria do Senado Federal, em 25 de maio de 1960. — Evandro Mendes Vianna — Diretor Geral, Substituto.

#### PORTARIA Nº 69, DE 25 DE MAIO DE 1960

O Diretor Geral resolve, de acordo com o art. 136, parágrafo único da Resolução nº 6, de 1960, designar Elza José Muniz de Mello, Oficial Legislativo, Símbolo "PL-4", para exercer a função de Chefe da Seção de Mecanografia da Diretoria das Comissões.

Secretaria do Senado Federal, em 25 de maio de 1960. — Evandro Mendes Vianna — Diretor Geral, Substituto.